

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 1º-3-2017.

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cláudio Janta, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mônica Leal, Professor Wambert, Rodrigo Maroni e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 021/17 (Processo nº 0355/17), de autoria de Aldacir Oliboni; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 015/17 (Processo nº 0310/17), de autoria de Cassio Trogildo. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento, a debater acerca da luta das mulheres pelo direito a saúde, trabalho e participação política. Compuseram a Mesa: Cassio Trogildo, Presidente; Dercy Furtado, Matilde Cechin, Telia Negrão, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Comandante Nádia e Mônica Leal. Após, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 180, § 4º, incisos I e II, a Dercy Furtado, a Telia Negrão e a Matilde Cechin, que se pronunciaram sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Comandante Nádia, Fernanda Melchionna, Adeli Sell, Idenir Cecchim e Luciano Marcantônio. Na oportunidade, foi apregoado Requerimento de autoria de Dr. Thiago, Líder da Bancada do Democratas, solicitando Licença para Tratamento de Saúde, do dia primeiro ao dia quatro de março do corrente, para Reginaldo Pujol, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Cláudio Conceição, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Dercy Furtado. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e oito minutos às quinze horas e trinta e dois minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Rodrigo Maroni e Dr. Thiago. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Cláudio Conceição, Fernanda Melchionna e Comandante Nádia. Em prosseguimento, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Adriano Naves de Brito, Secretário Municipal de Educação, concedendo a palavra a Sua Senhoria, que se pronunciou acerca de atividades da Secretaria Municipal de Educação. Após, Sofia Cavedon, Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Professor Wambert, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta, André Carús, Aldacir Oliboni, Moisés Maluco do Bem e Matheus Ayres pronunciaram-se acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, Mauro Zacher, Sofia Cavedon, Luciano Marcantônio, Tarciso Flecha Negra

e Cláudio Janta. Os trabalhos foram suspensos das dezoito horas e quarenta e cinco minutos às dezoito horas e quarenta e seis minutos. Também, foi registrada a presença, neste Plenário, de Fernando Carrion, ex-deputado federal. Às dezoito horas e quarenta e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, por esgotamento do prazo regimental previsto, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a debater o assunto acerca da luta das mulheres pelo direito à saúde, trabalho e participação política. Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Telia Negrão, representando a Sra. Enid Backes; a Sra. Matilde Cechin e a Sra. Dercy Furtado.

Convidamos as Vereadoras Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Comandante Nádia, e Mônica Leal para que nos auxiliem na direção dos trabalhos da Mesa.

A Sra. Dercy Furtado está com a palavra.

A SRA. DERCY FURTADO: Sr. Presidente, a acústica está boa. Aliás, eu sou responsável por esta acústica. Quando eu era diretora da Câmara, chamei o Dr. Ennio Cruz da Costa para nos dar uma acústica boa e uma climatização melhor. Esta sala era muito ruim, mas o Presidente Dilamar me ouviu e chamamos o melhor engenheiro. Agora estamos muito bem aqui.

Mas eu tenho que falar é sobre a mulher. Eu nem preciso falar sobre a mulher, ela é uma vencedora, é a que mais trabalha, é a que mais produz para o nosso País. Sobre a mulher não é preciso dizer nada, é só lembrar de algumas coisas, e nesses sete minutos que venho, contar uma vida de 90 anos - meu Deus do céu! Vim lá de Morungava, pobrinha, para trabalhar no Laboratório Geyer, fazendo ampolas. Corriam as ampolas e a minha vida. Mas um dia eu fui estudar no Senai - que maravilha! Foi tão bom! Fui estudar no Senai com 13 anos, eu era operária, e lá o meu professor de português se apaixonou por mim, Jorge Furtado, foi um sonho! Hoje eu tenho seis filhos, a Thaís está aqui me acompanhando, ela é jornalista, professora de jornalismo. Então estou muito feliz de estar aqui com vocês.

É lógico que eu podia falar por uma hora sobre uma vida de 90 anos, mas tenho que dizer alguma coisa sobre a mulher. Os tempos como Vereadora e Deputada foram maravilhosos. Trabalhamos muito, porque o que vale a pena é trabalhar para o outro. A política tem que servir para ajudar o outro, e Vereador é o que vê a dor do povo. Então isso é muito importante. Eu me lembro de uma vez que fui ali no Planetário para fazermos um almoço lá na PUC, e eles não faziam mais almoço para ninguém.

Então, o dono do Planetário disse assim: “Para essa, eu tenho que fazer”. Depois que terminou o almoço, eu disse que queria conhecer o dono do Planetário, e foi quando ele me disse: “Eu não tinha onde estudar, e a senhora me deu bolsas de estudo. Eu estudei aqui na PUC, por isso que eu tenho o Planetário”. Isso é que vale a pena, Srs. Vereadores, é olhar para trás e ver o que é que fizeram de bom, o que é que fizeram de bem, isso é o mais importante. Não sei se vocês sabem, mulheres de hoje, mas no nosso Código Civil dizia que a mulher que casasse e não fosse mais virgem, poderia ser devolvida. Vocês sabiam disso?! Imaginem se fosse hoje? Todas seriam devolvidas, eu acho... Naquele tempo, era assim: tinha que ser virgem, se não era seria devolvida. Eu fui lá em Brasília, o Deputado Marchezan me ajudou muito – o pai do atual Prefeito –, e eu mudei o Código Civil: a mulher não pode ser despedida ou entregue. Eu fui a um casamento muito bonito e, no outro dia de manhã, vi a noiva no quintal – era minha vizinha. Como ela não era virgem, o marido a devolveu. Eu tirei isso do Código Civil, de a mulher ser devolvida por não ser mais virgem. No Código Civil também constava que a mulher grávida era despedida. Então elas punham cintas apertadas e vinham no meu gabinete, dizendo: “Fui despedida, Vereadora, porque eu estou grávida”. Então, eu mudei o Código Civil trabalhista, dizendo que a mulher não pode ser despedida, se estiver grávida. Então essas coisas, meus queridos Vereadores, é que vão valer, o que fizeram de bom, o que mudaram para o bem, e cuidar da Cidade, se está ou não suja, cuidar das calçadas, Vereador vê essas coisas. Mas o principal é saber se ajudou o outro a se promover.

Só vou terminar com um versinho muito importante: “Quem passou pela vida em brancas nuvens e, em plácido repouso, adormeceu, não foi homem, foi espectro de homem, passou pela vida, não viveu”. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Telia Negrão está com a palavra.

A SRA. TELIA NEGRÃO: Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores de Porto Alegre. Faço uma saudação muito especial à querida Dercy Furtado, que é, para nós, o verdadeiro patrimônio na luta pela igualdade e pelos direitos da mulher; à Matilde Cechin, que representa todo um olhar carinhoso para mulheres que trabalham, que nutrem a natureza. É uma emoção muito grande estar representando aqui nesta Mesa a Enid Backes. Ontem, quando ela me ligou, à noite, de Nova Petrópolis, informando a sua falta aqui hoje por condições de saúde, perguntando se eu poderia representá-la, eu lhe disse: “Enid, a última coisa que eu poderia fazer na vida seria negar representá-la em algum lugar, porque esta talvez seja uma das grandes honras que estou tendo ao longo da minha vida”.

Enid é gaúcha, socióloga, hoje com 86 anos, atuou em inúmeros movimentos sociais aqui no Rio Grande do Sul, lutou bravamente pela anistia, lutou contra o regime de exceção que se instalou durante duas décadas em nosso País. Foi

militante na Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais, Direitos Reprodutivos, e na Associação Gaúcha dos Sociólogos. Foi, como gestora pública, a primeira assessora de políticas para as mulheres do Município de Porto Alegre. Participou da mais importante conferência mundial sobre a mulher: Paz e Desenvolvimento, em Beijing, de onde se originou a Plataforma de Ação Mundial para a Mulher, em Beijing, e, não obstante, ao chegar em Porto Alegre, fez aprovar, por esta Cidade, esta Plataforma, que é uma lei aqui.

Entre as maiores preocupações da nossa querida Enid Backes está a responsabilidade pelo planeta. A Enid é uma daquelas pessoas que é capaz de olhar para uma flor e falar sobre ela durante uma hora – sobre suas qualidades, sobre o seu formato, sobre a sua relação com o corpo das mulheres, porque ela considera que cada microorganismo merece ser respeitado em nosso planeta. Nessa harmonia com a natureza, ela também destacou a defesa da saúde, da igualdade de gêneros e da autonomia das mulheres como centro da sua vida, da sua trajetória e do seu fazer pessoal e político.

Com a Enid, eu aprendi que o pessoal é político, que aquilo que acontece nas nossas casas tem a ver com o tipo de sociedade em que vivemos, em que as mulheres vivem. E esta consigna do pessoal ser político foi o que deu origem à classificação pelas Nações Unidas, em 1993, da ideia de que os direitos das mulheres são direitos humanos, e que a violência contra as mulheres viola os direitos humanos.

Eu estou falando aqui da trajetória de uma precursora, de uma mulher que, enquanto eu, que tenho alguns anos a menos que ela, ainda estava descobrindo os meandros da política, ela, Enid, viúva, com seus filhos, desafiava a ordem estabelecida, colocava o seu emprego em jogo e ia à frente pelas ruas, pelas praças, puxando os filhos, e fazendo a luta das mulheres pela democracia no Brasil. Eu tenho ouvido uma frase, ultimamente: sabemos que a democracia é o lado certo da história. Neste momento, em nosso País, mais do que nunca, nós estamos precisando falar de democracia porque esse 8 de março, este momento, este mês de março é muito importante para se debater e se discutir sobre as temáticas das mulheres. Nós estamos reafirmando a importância da manutenção dessas políticas, dos organismos de políticas para as mulheres, dos orçamentos para as políticas para as mulheres, o não esmorecimento diante de nenhuma dificuldade para a manutenção desse conjunto de políticas. Por quê? Para que nós possamos dizer que este nosso País é democrático, e eu acredito que eu falo aqui pela cabeça da Enid - que tanto me ensinou -, que para um país ser democrático é necessário que sejam garantidos os direitos e a cidadania das mulheres. E os direitos e a cidadania das mulheres só são garantidos com democracia, com liberdade, com a possibilidade de nos organizarmos e de colocarmos na pauta central da sociedade o tema da igualdade e do respeito à diversidade, inclusive à diversidade no campo das ideias, no campo da disputa política.

Então, acreditando que com essas palavras eu tenha conseguido trazer um pouco do que a Enid gostaria de trazer e com a certeza de que com este projeto, que vai ser lançado hoje, nós poderemos ver a própria Enid falando ao vivo, mas também em película sobre a sua vida, sobre sua trajetória. Deixo aqui a minha saudação a esta Casa,

em especial às suas Vereadoras, um agradecimento muito especial por ter recebido essa honraria de estar representando a Enid, que, ao lado de algumas outras mulheres, e eu gostaria de citar uma delas, que não está aqui, que é Lícia Peres, que poderia estar nesta Mesa representando a Enid talvez melhor do que eu, se aqui pudesse estar. Deixo a minha mensagem de luta, esperança, resistência, resiliência, fortaleza, coragem, para que todas nós, mulheres, nos unamos, juntamente com homens comprometidos com a igualdade, e possamos reafirmar em nossa Cidade, em nosso Estado, em nosso País, que nós não podemos retroceder nenhum passo em relação às políticas de igualdade entre homens e mulheres, em relação às políticas de enfrentamento às violências, em relação às desigualdades, aos preconceitos, e o respeito a toda a nossa diversidade entre as próprias mulheres. Nós somos todas mulheres, mas nós somos todas diferentes entre nós e todas nós temos o mesmo valor. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Matilde Cechin está com a palavra.

A SRA. MATILDE CECHIN: Boa tarde. Em primeiro lugar devo dizer que eu não estou em condições de falar, por dois motivos. Primeiro, porque eu tive uma perda, há três meses, do irmão Antônio Cechin, do qual eu era como gêmea siamesa, um não existia sem o outro, e isso há mais de 50 anos. E ficamos mais siameses do que nunca, quando, em 1969 e depois em 1972, ele foi preso pelo DOPS. Naqueles tempos que não se tinha nada, não se tinha a quem recorrer, não havia direitos humanos, nada, nada. E ficamos, então, agarradíssimos, e fomos juntos para aquele mundo onde ninguém quer chegar e, quanto menos se falar dele, quanto mais longe tanto melhor, que é o mundo da exclusão. E nesse mundo de excluído, então, emergiram na minha vida, as mulheres, multidões de mulheres, desprovidas de tudo, desprovidas de seus direitos mais elementares. Hoje, o noticiário deu uma reportagem, pela manhã, sobre a falta de creches. São números que nos assustam, nos apavoram; e, no entanto, parece que a questão da violência tomou conta dos noticiários, só se fala nisso! Mas a gente esquece que, nesse contexto de creche, se colocando para o ano de 2030, de 2025, há a possibilidade de se ver um aumento de 50%. Imagina só esse número: há o dobro de crianças na espera de vagas do que o número de vagas. O que é isso?! Então, já ao nascer, principalmente as mulheres, já estão enxergando que o mundo se fecha. Sabemos que é pela escolaridade que a pessoa ascende à sociedade formal. É sabido que, nos dias atuais, a permanência por mais tempo na escola depende das creches. Se a criança teve creche, se teve um momento de socialização já quando nenê, está garantido – sabemos disso por experiência. Meninas e meninos, da grande população, que tiveram creches desde o berçário, conseguem concluir o segundo grau, conseguem concluir o ensino médio. Alguns, por exemplo, a Stephany, filha da minha comadre papeleira, está na faculdade; se não fosse a creche ali, conseguida pela luta das mulheres papeleiras, das mulheres catadoras, ela não teria tido essa oportunidade. Então me sinto aqui num

papel de usurpadora, o meu corpo deveria ser o coletivo do corpo dessas mulheres aqui dizendo, aqui falando de quão longe estão ainda do direito de serem cidadãs, do que lhes é negado. À mulher catadora, com a qual eu me envolvi nos últimos anos, nos finais de semana, final de quinzena, nessa tarefa de separar, de reciclar, R\$ 150,00 na semana. No entanto, ela consegue viver, e consegue viver sem estar tão estressada quanto a gente; elas conseguem ser alegres. É o que nos dizia um grupo de jovens dinamarqueses, que há mais de dez anos estive aqui, e no tempo de intercâmbio eles ficaram tanto no galpão de reciclagem quanto em outros locais, e no final, depois de um mês, só se comunicando por gestos, eles conseguiram conversar alguma coisa. Nessa conversa – e é isso que surpreende –, as mulheres perguntaram: “Mas e aí, o que vocês acharam de nós aqui?” Eles ficaram também na creche das mulheres catadoras, e olha a observação que eles fizeram em relação a essas crianças: “Elas são alegres”. As mulheres se espantaram: “Mas qual é a criança que não é alegre?” Eles contaram um pouco do primeiro mundo deles, em que eles têm tudo, e, no entanto, eles são pessoas fechadas, tristonhas, deprimidas, e as mulheres na maior alegria disseram: “Manda aqui para nós, que não vamos deixar o povo de vocês se entristecer”. Então, apesar de tudo, apesar desta exclusão, são pessoas que não perderam o gosto pela vida, não perderam o viver, e eu sinto que neste mês internacional da mulher, neste mês dedicado à mulher, essa questão da exclusão dessas massas de mulheres, sem o direito ao mínimo das necessidades básicas satisfeitas, e olhando as crianças que não têm essa possibilidade de abertura para um futuro melhor. Eu gostaria que, da minha presença aqui, este recado ficasse: que a gente olhe mais e mais - e nunca será o suficiente - para essa multidão de mulheres que não chegaram a essa situação de cidadãs, como todas nós nos encontramos. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; senhores e senhoras; queridos, queridas, em especial as professoras do Município de Porto Alegre que estão aguardando o Secretário, mas que acompanham o início do mês de março, o início do mês dedicado à luta das mulheres. Ver.^a Comandante Nádia, cumprimento-lhe; Ver.^a Fernanda Melchionna, e Ver.^a Mônica Leal, que ainda não chegou, provavelmente, teve problemas de viagem. Na verdade, é um privilégio que nós estamos tendo de contar, neste mês, com a história de vida, de luta de três mulheres que compõem o início de um lindo projeto, cuja coordenação é da Naia Oliveira, que está aqui presente, Projeto Memorial da Mulher do RS. Este Projeto que tem como assistentes: a Diene Rodrigues e a Laíne Wagner; os câmeras Gerson Schirmer, Paulo Riccardi e Tiago Riccardi; a edição do Tiago Riccardi, e a arte de Hannah Beineke. Esse projeto foi apresentado a esta Casa, às mulheres e à Procuradoria, Vereadores e Vereadoras, quando nós estávamos planejando o mês de março e conhecendo um pouco

da história. Cumprimento a Dercy Furtado, a Matilde Cechin e a Telia Negrão, que vem representando a Enid Backes – e sabendo da trajetória delas, mulheres que ainda estão atuando, que são o início de um projeto que vai longe, que está buscando ainda, com o depoimento dessas mulheres, recuperar as suas lutas, as suas histórias, as redes e relações através dessas histórias, a história de Porto Alegre, a história do Brasil e das lutas das mulheres. Por isso, nós estamos começando com a presença de vocês três, e depois, durante o mês, todas as quartas-feiras, dia 8, dia 15 e dia 22, nós teremos então a projeção do curta metragem editado de horas de entrevistas, horas de depoimento de cada uma dessas mulheres, com um debate. Nós teremos, durante o mês de março, sempre nas quartas-feiras, um dia, o debate sobre trabalho e previdência; outro dia, o debate sobre a questão da violência; outro, sobre o tema da saúde da mulher. Nós ainda vamos terminar o mês com o 2º Seminário Nacional Educação e Gênero, nos dias 30 e 31 de março. Teremos também uma Sessão Solene, mas este mês de março não vai ser um março de flores, nós aqui não trouxemos flores, porque as mulheres estão organizadas no mundo inteiro para chamar atenção do século XXI, que ainda é violento, para chamar atenção da proclamação dos direitos das mulheres, lá da Constituição, a luta das mulheres desde o ano de 1960, nós queremos chegar ao direito à vida das mulheres. A Telia Negrão resumia a fala, ao representar a Enid, no tema da democracia. Não há democracia sem igualdade, não há democracia sem justiça social, não há democracia sem a erradicação da violência contra a mulher só porque ela é mulher. Nós vamos discutir muito o tema da democracia daqui a pouco, porque a educação é feita majoritariamente por mulheres. Essas mulheres, além de sofrerem violência simbólica, violência sexual, também sofrem a discriminação no trabalho. A gente está vivendo um momento de falta de democracia, de falta de respeito ao profissional e à profissional, que é a mulher. As áreas onde a mulher, ao sair de casa...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Eu encerro dizendo que as áreas onde a mulher foi atuar são áreas onde foi carregado o sexismo, a desvalorização do serviço, a consideração de uma condição, de menor condição, de menor inteligência, de menor capacidade, que são especialmente as áreas sociais. Hoje as mulheres estão em todas as áreas, no entanto, ainda não modificaram essa organização e essa cultura no mundo do trabalho. Portanto, Dercy, querida, que foi Vereadora e foi Deputada, Vereadora precursora; a Enid, uma socióloga, e a Matilde, uma educadora, vocês são para nós exemplos e iluminação, indicarão os debates e os caminhos deste mês de março. Nós queremos agradecer e, com isso, reconhecer e beber da história de luta de vocês para continuar alterando a vida das mulheres. Muito obrigada pelo trabalho e pela vida de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Chegou o mês de março e com ele vem o Dia Internacional da Mulher, mês de homenagens, comemorações. No entanto, não podemos comemorar operárias sendo queimadas numa fábrica têxtil, porque reivindicavam melhores condições de trabalho e salários dignos. Por óbvio, não podemos nos alegrar sabendo que cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos no nosso País. A cada 11 minutos, Ver.^a Sofia, uma mulher é estuprada, sendo que 50% desses estupros acontecem com meninas de até 13 anos de idade; 20% com adolescentes de 14 a 17 anos, e 30% com mulheres acima de 18 anos. Setenta e cinco por cento dos estupradores são os próprios pais, padrastos, parentes e amigos íntimos dessas vítimas. Esses dados, Ver.^a Fernanda, apenas representam um terço do que realmente acontece, pois as vítimas sentem vergonha, não têm acesso à polícia, são estimuladas a desistir da denúncia no meio do caminho ou até por falta de conhecimento, uma vez que 60% dessas mulheres e meninas não têm o ensino fundamental. Não podemos nos alegrar, sabendo que os índices de vitimização das mulheres e meninas negras cresceram em 67%. Não há o que comemorar, são 14 mulheres assassinadas por dia, no Brasil, nos deixando em 5º lugar no ranking de países nesse tipo de crime.

Muitos irão dizer, nobres Vereadores, que morrem muito mais homens do que mulheres; por certo, é verdade. Porém, os homens morrem em acidentes de trânsito, porque são imprudentes; morrem na briga no tráfico de drogas; morrem por serem mais combativos e belicosos. Na verdade, o homem morre na medida que ele mata. Porém, essas mulheres assassinadas, caro Presidente, morrem dentro dos seus lares, pelas mãos dos pais dos seus filhos, pelas mãos de quem elas escolheram para trilhar o caminho; pelas mãos de quem elas amam. O pior inimigo está do seu lado. A casa tem sido lugar de morte para as mulheres!

Portanto, estimados colegas Vereadores, conclamo a todos, para fazermos de março o mês de discussões, de debates, e de busca de soluções efetivas para as mulheres porto-alegrenses.

Nesta primeira quarta-feira temática de março, temos aqui a experiência, a história de vitórias e a persistência dessas três mulheres: Dercy Furtado, Matilde Cechin e Enid Backes, que muito nos orgulham e nos incentivam a continuar.

No mês de março, não queremos homenagens, não queremos comemorações, não nos deem flores nem bombons. No mês de março, e durante todos os outros meses do ano, queremos respeito, igualdade e dignidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Saúdo também o público que nos assiste que, majoritariamente, é composto por professoras da nossa rede municipal de educação. Quando nós defendemos os direitos das mulheres trabalhadoras, nós temos a convicção, Presidente, de que essas mulheres são duplamente oprimidas, por um lado, pela longa jornada de trabalho, e, por outro, pelo trabalho doméstico que ainda é tido como feminino. E mais que isso, acho que a Irmã Matilde foi muito brilhante quando trouxe o tema da exclusão social sob a perspectiva das mulheres, trazendo o exemplo das carrinheiras, das catadoras que estão sendo vítimas de um processo de higienização social, mulheres que contribuem para um meio ambiente melhor na reciclagem e que, ao mesmo tempo, sofrem com a informalidade, com os baixos salários e com os trabalhos mais precários, em que as mulheres são mais vítimas. Vocês sabem que as mulheres recebem 25% a menos que os homens, em média, para o mesmo trabalho, e que uma mulher negra pode receber 50% a menos que um homem branco para a mesma função? Quando nós falamos da reforma trabalhista, da reforma da previdência, que ataca os direitos da classe trabalhadora, nós temos a convicção de que as mulheres serão mais vitimizadas ainda numa estrutura extremamente desigual. Cinco anos a menos da aposentadoria para a mulher é um reconhecimento, não uma benesse, não um presente; é um reconhecimento de que o trabalho doméstico é tido ainda como feminino e as mulheres trabalham, em média, seis anos a mais que os homens, contando a dupla jornada de trabalho em casa. E a reforma da previdência, como um todo, além de atacar os cinco anos a menos para as mulheres, coloca uma idade mínima de 65 anos para poderem se aposentar e 49 anos de contribuição para levar a integralidade dessa aposentadoria. Então, em março, o mês das mulheres, também é um mês de lutar contra esses ataques que atingem brutalmente as mulheres trabalhadoras. Depois da luta da anistia que a Telia trouxe e a luta da Enid, que poderiam ser vistas por várias perspectivas, mas vale a pena, sim, lembrar a luta pela democracia, a luta contra as torturas, a luta contra a ditadura militar, que é uma peça fundamental na trajetória dela, e é uma peça fundamental para que isso nunca mais se repita; para que a gente possa, sim, tecer e garantir uma justiça de transição num País que ainda não prendeu nenhum torturador que cometeu crimes contra a humanidade e contra as mulheres.

A Dercy trouxe um elemento fundamental, pois hoje, Dercy, a gente dizer: “Olha, a Dercy defendia o planejamento familiar”. Gente, defender o planejamento familiar, na década de 70, era enfrentar todos os preconceitos e a ideia de que as mulheres só serviam para procriar! A pílula anticoncepcional foi uma luta, a ideia de autonomia do próprio corpo, e não da maternidade compulsória. Ainda é uma luta o direito à vida das mulheres, à legalização do aborto, para que não seja tratado como um tabu, mas como um tema de saúde pública.

A geração da Dercy trouxe conquistas fundamentais para a luta das mulheres, além, Dercy, do que tu falaste: o Código Civil. Imaginem, estava escrito que a esposa poderia ser devolvida se não fosse virgem, como se a esposa fosse um objeto, e o casamento, uma prisão para as mulheres, numa imposição machista e patriarcal. Eu quero cumprimentá-las e dizer que ouvir o passado é fundamental para pensar o futuro.

Que, ao ouvir cada uma das perspectivas, das lutas, das atuações no passado, que seguem no presente, porque a Matilde segue, ainda hoje, na linha de frente, junto com os catadores e catadoras... Faço aqui o meu registro em memória do Irmão Antônio Cechin, um profeta da ecologia, muito respeitado por todos que conhecem a sua trajetória. Mas essas lutas, elas nos enchem de esperança para um momento ímpar que nós estamos vivendo, um momento ímpar numa nova onda de luta das mulheres. As mulheres fizeram a maior manifestação da história dos Estados Unidos agora, dia 21 de janeiro, contra o misógino, machista e racista do Trump. As mulheres da Argentina, do Peru, que levantam, no “Ni Una Menos”, para que nós não vejamos mais, a cada cinco minutos, uma de nós ser assassinada pelo simples fato de ser mulher. Há a perspectiva de se ter um 8 de março grande, unitário em defesa das mulheres aqui em Porto Alegre, como parte dum chamado internacional, para que as mulheres parem dia 8 de março...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: ...para que as mulheres parem no dia 8 de março em defesa dos nossos direitos. Se as nossas vidas não importam, como dizem as argentinas, que produzam sem nós; se querem nos subjugar e nos tornar reservadas, oprimidas, num segundo plano, para maximizar a exploração, que produzam sem nós; se, a cada semana, nós vamos ver Márcias, Marias, Joanas vítimas de violência doméstica e familiar, mesmo tendo, muitas vezes, procurado ajuda, e o Estado não ter garantido a prioridade para a vida das mulheres, que produzam sem nós; se, a cada 11 minutos, uma de nós é estuprada – meninas, adolescentes, mulheres –, em geral, pelo círculo de amizades – amizades entre aspas – ou familiar, que produzam sem nós. É muito importante este mês de março para que a gente discuta, mas, sobretudo, para que a gente lute pelo direito das mulheres.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente; caríssima Dercy; querida Telia; caríssima Matilde; minhas estimadíssimas colegas Vereadoras – Fernanda, Sofia, Mônica e Nádia; Vereadores; senhoras e senhores; servidores públicos da municipalidade de Porto Alegre, é um dia muito importante para ouvirmos essas histórias aqui. A história da Dercy; as palavras da Telia, a luta da Enid Backes. A Matilde, contando a sua trajetória, fez-me lembrar de uma professora da Universidade de Sófia, Bulgária, que levei exatamente num galpão de reciclagem, onde fiz um *tour*, uma rodada com ela por uma vila pobre de Porto Alegre, e ela me disse exatamente a mesma questão: “Aqui tem um brilho nos olhos das crianças, aqui se vê futuro”. Ela me

dizia: “Na minha cidade, eu não vejo esse mesmo brilho. As pessoas não estão nas condições tão miseráveis como aqui, mas aqui tem outro brilho e tem uma esperança de futuro”. De muitas mulheres lutadoras, como vocês, eu preciso lembrar: Julieta Battistioli, que dá nome à Escola do Legislativo, uma mulher que veio da fábrica e foi a primeira mulher vereadora desta Casa. E a tua passagem aqui, Dercy, ou na Assembleia, tremendamente importante para que houvesse hoje o mínimo de empoderamento das mulheres, inclusive nos Legislativos. A luta das mulheres, como a de Luciana de Abreu, que foi pega lá na Santa Casa, na Roda dos Excluídos, e se tornou uma educadora, uma pessoa que, lá no Partenon Literário, mostrou a força e a fibra de uma mulher. E falando de escritoras, não posso deixar de mencionar aqui Lila Ripoll, que cantou, em versos, também essa brava luta das mulheres. Mas eu também não posso me esquecer, não teria como me esquecer, que há 130 anos Rita Lobato foi a primeira mulher brasileira a se formar no Brasil - houve uma baiana que se formou antes, fora do Brasil -, foi terceira latino-americana a ter o canudo de médica e dar nome a uma pequena rua aqui da nossa Cidade. Lembrando essas mulheres que têm nome, que deixaram marcas indeléveis na nossa história. Eu preciso me lembrar das mulheres que têm nome, das mulheres não nominadas, das milhares de mulheres que estão hoje na nossa Cidade, não só na periferia, sofrendo opressão. Não é fortuito, Ver. Oliboni, faz parte da minha Bancada, Ver. Prof. Alex, a questão da Lei Maria da Penha. Quantas vezes a gente escuta – é só ligar a televisão – sobre as mortes de mulheres que haviam sido ameaçadas e foram mortas por companheiros e ex-companheiros. Isso precisa ser lembrado a cada dia. E é preciso dar proteção. Lembro aqui quando, no início dos anos 1990, Telia, se formou a Casa Viva Maria. Aquelas mulheres que estiveram lá, no início desse processo, precisam ser lembradas mais do que nunca, porque, há mais de duas décadas, estavam ali nessa grande batalha. Mas também falo das outras mulheres que não são lembradas pelos seus nomes, mas que estão hoje na periferia criando filhos, netos, porque foram abandonadas. E aí, muitas vezes, essas mulheres não têm a mínima noção sobre a questão das leis de família, como por exemplo, a questão dos alimentos. Eu estou tendo alguns papos na periferia e sempre tento levar um advogado comigo que diga algumas palavras sobre o direito das mulheres. Essa luta é das mulheres, mas é também a luta dos homens que lutam por liberdade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, esta bancada hoje tem que ser referida e reverenciada nome por nome. Começo pela nossa Vereadora, Deputada Dercy Furtado. A senhora não sabe o bem que a senhora fez para a sociedade; tem noção, mas provavelmente não sabe o quanto. Eu me lembro, era um jovem gringinho vindo lá de Nova Prata, do Interior, lá da roça, e lia sobre a sua luta. Vim aqui dizer que imagina naqueles anos, lutar pelo planejamento familiar. E digo mais, Deputada Dercy: lá no

começo, ter essa coragem de lutar dentro de um partido difícil com era a Arena na época. Então, a senhora tem mais qualidade, e a sociedade lhe deve mais ainda por ter tido essa coragem de enfrentar um tema tão importante. E não foi só esse, eram muitos os temas que a senhora defendia; então a minha homenagem aqui. Dona Telia, também, que representa a Enid Backes, gostei muito do seu discurso, foi muito bom! A Matilde é minha parenta, é da parte inteligente e benfeitora da família. Ela, com seu jeitinho, sempre com aquela calma, trabalha muito, assim como o irmão dela, Irmão Cechin, fazia. As nossas Vereadoras, neste dia em que não tem partido, não tem oposição ou situação, hoje estamos homenageando as mulheres. Temos a sorte de ter a Comandante Nádia na minha Bancada, que foi a que mais operou a Lei Maria da Penha em Porto Alegre; então temos essa felicidade hoje.

Quero aproveitar para anunciar aqui que neste mês de março estou transferindo a Liderança do PMDB para a Ver.^a Comandante Nádia em homenagem às mulheres. A Ver.^a Fernanda, aguerrida, e a Ver.^a Sofia também, que é lá de Veranópolis, uma gringa. O pessoal olhou para mim e disse: “Está bronzeado”. Eu disse que gringo não se brônzea, gringo se queima no sol. Então uma homenagem a todas as mulheres que estão aqui neste Plenário, nas Bancadas, e dizer que o mês de março, mais especificamente dia 8 de março, é simbólico, porque o Dia da Mulher são os 365 dias do ano. Parabéns às mulheres, principalmente por essas lutas.

A Sra. Comandante Nádia: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caro Líder da Bancada do PMDB, Ver. Idenir Cecchim, a tua generosidade, a tua gentileza neste mês de março em passar a Liderança desta Bancada tão importante aqui na Câmara para a minha pessoa só me lisonjeia e faz com que as mulheres porto-alegrenses, com certeza, também sejam homenageadas nesse teu ato tão gentil, meu amigo. Muito obrigada.

O SR. IDENIR CECCHIM: A senhora representa muito bem as mulheres de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; cidadãos e cidadãs que nos acompanham nas galerias; agradeço, principalmente, às convidadas, que, neste mês tão importante para as mulheres, estão aqui abrilhantando e nos pressionando para que, cada vez mais, o Vereador desta Casa, que é a Casa do Povo, tenha o seu compromisso, a sua responsabilidade de comentar mais políticas para as mulheres. A luta das mulheres na história da humanidade teve grandes momentos, quando foi necessária extrema bravura e coragem de grandes líderes, os quais vocês, hoje, estão representando aqui. Vocês,

humildemente, estão representando grandes líderes que garantiram às mulheres um espaço digno na sociedade, o direito ao voto, o direito a um trabalho digno, o direito à participação popular, à luta para que a gravidez não fosse um empecilho para o crescimento. Quantos de nós temos amigas, parentes que engravidam, voltaram ao trabalho e foram demitidas? Isso é a maior injustiça que ainda pode ter para as mulheres. E isso existe, hoje, no Brasil inteiro: a mulher engravidada, sai de licença do trabalho, e, quando retorna, é demitida. Não podemos deixar passar isso batido, é uma lei federal, precisamos nos atentar a esse grave problema que ainda prejudica muito as famílias do Brasil inteiro, cuja única renda, muitas vezes, quem garante é a mulher. Volto a repetir: a mulher está trabalhando, ela engravidada, volta ao trabalho e, em seguida, é demitida. Isso é um absurdo e ainda existe hoje em todo o Brasil.

Quero também deixar registrado aqui que, enquanto Secretário Municipal de Direitos Humanos do Governo Fortunati - função que muito me honrou ter exercido por quatro anos -, tivemos o cuidado de construir o Centro de Referência e Atendimento à Mulher, com equipe técnica e adequação física, que possibilitasse um belo atendimento às mulheres vítimas de violência, dentro da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, através da Secretaria Adjunta da Mulher. Nós temos lá o Centro de Referência e Atendimento à Mulher, que atende mulheres vítimas de violência, com psicólogos, com assistente social, com advogado. E em todas as fiscalizações, em todas as passagens do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Poder Judiciário, no Centro de Referência, nós conseguimos sempre um aplauso pelo êxito de não termos tido, em quatro anos, um óbito no atendimento que fizemos na Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Quero dizer que acredito muito que o Prefeito Marchezan, que a Diretora de Direitos Humanos, na pessoa da Patrícia Kettermann; que a Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, na pessoa da Maria de Fátima Záchia Paludo, darão sequência a esse trabalho tão importante que foi fomentar e garantir o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica através do Centro de Referência e Atendimento à Mulher.

Quero concluir dizendo que tive a honra também, como Secretário de Direitos Humanos, na gestão de 2013 a 2016, de trazer a Sra. Maria da Penha, em conjunto com a Assembleia Legislativa, para proporcionar a nós, porto-alegrenses, a oportunidade de ouvir dessa mulher, que é um orgulho para todos nós, a bravura, a luta, a garra no combate ao preconceito e à violência. Nós podemos dizer que a Sra. Maria da Penha, pelo sofrimento e pelo que ela representa para as mulheres no Brasil, é uma mulher extremamente corajosa, é mais que uma líder; essa mulher é abençoada por Deus. Nós tivemos a honra, em conjunto com a Assembleia Legislativa, com o Governo do Estado, com o apoio dos Vereadores, com a Prefeitura de Porto Alegre, de trazê-la na gestão passada, foi algo realmente emocionante, e fomentou cada vez mais essa luta contra o preconceito às mulheres.

Para concluir, a questão dos carrinheiros, que é extremamente importante. Nós conseguimos prorrogar, por seis meses, a sua retirada da Cidade. E já há um novo projeto de lei, do Ver. Marcelo Sgarbossa, do PT, que propõe uma nova prorrogação para os veículos de tração humana, que são os nossos queridos carrinheiros e

carroceiros. Enquanto não tivermos uma alternativa de renda e condições dignas para esses carrinheiros, nós, da Câmara de Vereadores, não vamos retirar os carrinheiros do seu trabalho diário, que garante a sua renda. Nós temos que mantê-los ou criar uma alternativa de renda digna para eles. Não só em homenagem ao Irmão Cechim, que foi um grande batalhador dessa causa, mas, sim, em respeito à dignidade da pessoa humana e mais, em respeito àqueles que mais precisam e que não estão assaltando, àqueles que estão trabalhando e gerando renda para si e para sua família. Muito obrigado e parabéns às mulheres!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no período 1º a 4 de março de 2017. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Cláudio Conceição, que integrará a Comissão de Cultura, Esporte e Juventude.

A Sra. Dercy Furtado está com a palavra para as considerações finais.

A SRA. DERCY FURTADO: Muito obrigada, eu agradeço ao nosso Presidente Cassio Trogildo, agradeço muito mesmo, porque amo isso aqui, adoro, mas estive muito mal, há quinze dias, eu estava hospitalizada. Em primeiro lugar, todos falaram aqui na mulher, que adoram a mulher, eu quero dizer para vocês que eu gosto muito de homem, viu? Mulher é muito bom, mas homem também é muito bom, eu tenho três filhos homens e tive um marido maravilhoso, Jorge Furtado, e o Jorginho, o cineasta, que trabalhou com o Irmão Cechin, e até estou bem feliz de ver a irmã dele aqui. Em segundo lugar, essa coisa de a mulher sempre estar sendo batida, a Lei da Maria da Penha é que tem que ensinar para a mulher, hoje, o Karatê - nada de dancinha, balé! Não! Deixa o balé de lado, vamos ensinar Karatê.

Tem uma historinha da mulher, que é muito interessante. O Joãozinho estava em uma aula de catecismo e o padre disse assim: “Joãozinho, Deus é Pai, Deus é bom, Deus vai buscar mesmo o filho pródigo, Deus é Pai”. O Joãozinho levantou o dedinho e disse: “Ué, o senhor está descrevendo a minha mãe. Quem vai buscar o Neco lá na boca de fumo é a minha mãe, o pai nem está mais lá em casa”. Eu acredito que a mulher tem muito valor! Muito valor!

Falo dos meus filhos - Cláudio, Sérgio, Nina Rosa, Jorge, Thaís Helena Furtado e Maria da Graça -, e vou para casa tranquila, porque a gente tem que falar neles!

Eu também tive todo o trabalho de fazer a lei da empregada doméstica. A doméstica era um nada! Elas tomavam banho em cima do wc, não tinham nenhum direito. Eu fui a Brasília e, junto com o Deputado Marchezan, pai do nosso Prefeito, entreguei ao Presidente um projeto de direitos das domésticas. As patroas não me xinguem, por favor. Telefonavam lá para a minha casa: “O que a senhora quer com essas piolhentas?”, “Piolhentas, mas elas são as nossas amigas”. Então, a lei da doméstica foi minha.

O Dom Vicente Scherer, de boa lembrança, me tirou uma creche, da qual eu era Presidente, porque eu tinha criado, porque fui a favor do planejamento familiar. Eu acho que a gente tem que ter os filhos que desejar. Eu nunca fui a favor do aborto, mas do planejamento, sim. Na época, não podia nem se planejar. Eu agradeço porque tive seis filhos, dentro dessa leva toda.

E uma sugestão, Presidente: vamos terminar com o Senado? Vamos fazer uma campanha? Eu já tenho várias pessoas, até camiseta. Senado é uma besteira! Vários países do mundo não têm mais o sistema bicameral. Para que um senado, se a Câmara pode resolver? Para que o Senado, gente? Vereadores, façam uma campanha!

Vem cá, as senhoritas não puderam sentar aqui? Tem que se eleger para sentar aqui? Mas são elas que elegem vocês! Elas deviam sentar aqui! (Palmas.) Ótimo! Está bem.

Presidente, muito obrigada. Rompi um pouco com o protocolo.

Ah, a Irmã Matilde Cechin! Que bacana! O meu filho Jorge Furtado fez “Ilha das Flores” com o irmão dela. Lembram? É lindo, lindo.

Queridos, eu ficaria uma tarde inteira falando com vocês, mas eu estive doentinha há pouco tempo; desmaiei, fiquei malzita, mas eu acho que é porque eu tinha que vir aqui. Eu e o Dilamar fizemos este som, que não tinha. Nós trouxemos o Engenheiro Ênio Cruz Costa aqui, e colocamos o som. Obrigada por tudo. Estou superfeliz porque me deram esta colherinha de chá. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Há ainda três Vereadores inscritos, mas vou suspender os trabalhos por três minutos para as despedidas da querida revolucionária Dercy Furtado.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h28min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h32min): Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; boa tarde minha querida amiga, militante da causa das mulheres e de vários temas, Telia Negrão; Dona Matilde, que estava aqui; Sra. Dercy Furtado; Ver.^a Comandante Nádia, uma grande representante das mulheres, Ver.^a Sofia Cavedon, professora; e Ver.^a Fernanda Melchionna, que estava na Mesa representando as mulheres. Queria, antes de mais nada, Ver.^a Sofia, como professor também, dizer ao Secretário que está ali na sala ao lado, que eu trabalho com os animais, e entrando no tema das mulheres, tenho obrigação de dizer que para qualquer reforma que se queira fazer, seja sobre qualquer tema, temos que ouvir quem vive aquilo. (Palmas.) Então, espero que o Secretário e o Governo, antes de fazerem qualquer reforma ou pensar em qualquer coisa – porque é fácil imaginar o que é ideal de dentro de um gabinete, é fácil na política a gente

elucubrar o que é o melhor de dentro do gabinete – pensem que lá dentro da sala de aula, na vida real, quem sabe é o professor, quem vive é o professor. (Palmas.)

Queria dizer para vocês também que este debate, numa democracia frágil como é a nossa, falar das mulheres é como falar dos professores. Tem que sair na urina, como diriam alguns amigos meus, tem que ser algo de senso comum, mas não é. Eu estava lendo um pouco a história do Brasil desde 1822, quando teve algum avanço para as mulheres, quando a Maria Josefa exerceu a regência; depois, em 1879, as mulheres puderam entrar numa instituição superior; a primeira médica do Brasil formou-se em 1887; em 1932, surgiu a primeira atleta nadadora, Maria Lenk; em 1985 – eu tenho 35 anos –, foi criada a primeira delegacia, Comandante Nádia, para as mulheres. Em 1993, foi morta a líder das Mães do Acari, que teve seu filho morto. Em 2010, tivemos a primeira presidenta eleita. Algumas deputadas de outros partidos, sem fazer aclamação a nenhuma, foram eleitas antes.

Eu quero dizer que chegamos a 2016, apesar dos avanços, apesar de muitas reflexões, ainda muito atrasados com relação ao debate, não só sobre as mulheres, como também sobre os professores.

Nós vivemos numa democracia absolutamente frágil, Vivemos na política hoje, Oliboni, um momento tenebroso, cabuloso, quando a maior parte dos políticos é machista, a maior parte dos políticos tem amantes, a maior parte dos políticos vai para prostíbulos e gasta dinheiro público. Isso ainda é a maior parte da representação no País. Ou alguém tem dúvidas do que eu estou falando aqui ? Acontece ou não acontece? Ou alguém tem dúvidas de que nós temos um Congresso Nacional que nos envergonha, de que nós temos uma Assembleia Legislativa que nos envergonha também e de que uma grande parte das Câmaras de Vereadores nos envergonha? Eu gostaria que tu gravasses, Thiago. O Thiago gosta de gravar as coisas, e é bom. Isso é reflexo de um momento histórico ruim, difícil, onde o professor ganha mal e tem que estar todo o ano pedindo esmolas, vindo para a Câmara de Vereadores, para a Assembleia Legislativa! Na política, os políticos autorreajustam seu salário. O Judiciário autorreajusta o seu salário. E o professor, assim como a mulher, ainda ganha muito mal, porque se fala de igualdade, mas, na prática, a maior parte das mulheres ganha muito menos do que os homens. Eu, por exemplo, no ano passado, falava....

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Vereador. Nós estamos no período de Comunicações temático, cujo tema é a questão das mulheres. Os Vereadores têm o seu tempo de Liderança, e, depois do comparecimento do Secretário, todos terão direito à inscrição para tratar de tema específico.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero, em primeiro lugar, saudar aos professores e educadores que nos visitam. Eles são, como funcionários públicos, de suma importância para o bom andamento da educação desta Cidade. Quero dizer que vocês têm todo o meu respeito e o da bancada dos Democratas, mas quero, nesta tarde e neste momento em especial, falar um pouco de uma questão, Ver. Conceição, que é a minha missão de vida: o cuidado da saúde das mulheres. Eu trabalho, inclusive como funcionário municipal, há mais de 18 anos na Cidade como ginecologista-obstetra, e saúdo muito fortemente a vinda hoje, aqui, desta batalhadora incansável, desta Parlamentar que acabou de falar, me antecedendo, que é a Dra. Dercy Furtado. Quando nós fizemos, no Município, o programa mais sério que esta Cidade viu, de planejamento familiar, utilizando, naquele momento, os métodos contraceptivos de longa duração, como DIU e implantes, dando a possibilidade de as mulheres escolherem, de forma livre e consciente, quantos filhos queriam ter, muitos nos criticaram, muitos colocaram empecilhos – não aquelas mulheres em situação de vulnerabilidade, que precisam disso, das vilas, das regiões menos aquinhoadas desta Cidade; não, grupos elitistas, que se alimentam da pobreza das pessoas e que desejam que essas pessoas tenham muitos filhos para que elas não possam ter outras escolhas a não ser viver da mendicância governamental. Uma das poucas pessoas abalizadas no tema e que nos defendeu com muita força, com muita veemência, foi a Dra. Dercy Furtado, dizendo que era importante e que, em 1972 – ano em que eu nasci –, ela já prolatava da tribuna da Câmara Municipal de Porto Alegre sobre a necessidade de se ter planejamento familiar, sobre a possibilidade, Olibaldi, de as mulheres, de forma livre e consciente, poderem escolher quantos filhos vão ter. Acho isso da mais alta importância. Acho que, se tivesse que eleger um programa – claro que não se pode eleger um só, mas a Prefeitura deveria ter o maior cuidado com isso, a Secretaria Municipal de Saúde deveria ter o maior cuidado com isso! –, deveria ser o programa de planejamento familiar, porque ele é um balizador das esperanças das pessoas; ele é um balizador do futuro das comunidades; ele é um balizador do futuro das pessoas.

Eu vou citar um exemplo, que já citei, de uma menina da Restinga que eu atendi. Ela sempre me pede para citar o nome dela, porque gosta de ser citada, ela acha importante servir como exemplo: a Tauane. Quando a sua irmã estava para ganhar o filho na maternidade do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, ela estava lá acompanhando a sua irmã, que tinha ido com ela para colocar o implante subcutâneo e não conseguiu, que era um dos métodos utilizados naquele momento. Não conseguiu colocar o implante por causa desses grupos que interromperam a colocação do implante. Ela estava gestante. Bom, a irmã dela foi lá, teve o primeiro filho, teve o segundo filho; acabou, depois, tendo o terceiro e o quarto. O que diferenciou uma da outra – que são filhas do mesmo pai e da mesma mãe, moram no mesmo local – na vida foi o acesso ao planejamento familiar. Uma, ela, Tauane, ingressando na faculdade; a sua irmã, com um ano de diferença, com quatro filhos, sendo obrigada a viver do Bolsa Família.

Então, é este o recado que eu quero dar, é este registro que eu quero fazer. É claro que há a necessidade da prevenção do câncer do colo do útero, do câncer de mama, mas temos que lembrar sempre, em política pública de atenção básica, da

questão prioritária, que é o planejamento familiar, porque ele traz esperança para a nossa sociedade e principalmente para as pessoas que passam a ter acesso a essa política pública. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde. É necessário utilizar alguns regulamentos da Câmara, então, eu me inscrevi em Liderança para terminar, na verdade, o que eu vinha falando. Eu acho que nós vivemos num País, e por isso é fundamental, mas, ao mesmo tempo, é muito triste ver professores tendo que lotar a Câmara Municipal todos os anos, porque isso aqui não é novidade. Mudam os políticos, e as mesmas categorias têm que estar sempre mobilizadas, porque não são valorizadas. Tem alguma diferença deste ano para o ano passado? Não tem! São sempre os mesmos: funcionário público, brigadiano, Guarda Municipal, polícia, servidores ganhando em várias vezes. Eu trabalho direto com alguns brigadianos; na minha família, tem vários professores que estão ganhando 300 pilas em nove vezes. Então, essa é a realidade política. Isso me deixa muito triste. Incluindo-me como professor, a gente vê esta realidade.

Nós estamos em 2017, e eu estava falando de 1800 e poucos, e os avanços, assim como para as mulheres, para os professores também são pequenos, porque se fala muito em valorizar professor, no entanto, a cadeia de baixo continua sendo a dos professores, ou eu estou errado? Não tenho dúvida nenhuma. Lamentavelmente, gente, na política, tem-se uma tradição muito ruim, que é a que eu estava falando – e eu vivo, colega, nesta realidade também. Há a questão, por exemplo, que eu tanto debati, do hospital público veterinário, para a qual eu dou os meus dias e as minhas noites, porque eu me coloco aqui como um protetor de animais. Eu estou Parlamentar por um período. Vivo a morte, o assassinato, o estupro, e não canso de falar, porque são diários. Primeiro, colocou-se na Câmara para, agora, ver como que se faz para o hospital público funcionar. Assim é na política. Primeiro, colocou-se aqui, no dia 2 de janeiro, logo depois da posse, uma Sessão Extraordinária para extinguir uma Secretaria que contava com 0,08% do orçamento, gente. Os professores que estão aqui são colegas, amigos, muitos eu conheço. Eu peço que levem a discussão dos animais para dentro da sala de aula. Eu propus aqui um projeto, que está tramitando há um ano e pouco, de uma disciplina de direitos animais, porque os adultos, a espécie humana adulta já perdeu a sua sensibilidade com os animais. Lamentavelmente, são poucos os adultos que têm a sua sensibilidade. O ser humano é muito egoísta, e os animais pagam um preço muito alto por isso. Pois bem, o Governo assumiu, e, no dia 2, votou nesta Casa uma reforma que retirou a Secretaria, e até agora não tem desfecho para o hospital público veterinário. Agora, vejo isso se repetir com a educação. Primeiro, vai-se aprovar uma reforma para depois se ouvir a categoria e ver como é que faz. Isso não pode acontecer!

Peço aos colegas do Governo que o Secretário não venha sentar aqui só de fachada para ouvir alguns questionamentos e fazer como é a política tradicional: de cima para baixo, mas que, de fato, ele reúna esse povo que está aqui para discutir, para dar ideias e para que eles justifiquem o por quê não pode haver esta reforma. Os animais pagaram o preço por não haver isso, e até agora não tem política pública para os animais na cidade de Porto Alegre. No ano passado, em média, eu atendia cinco, sete, dez animais, e nem é a minha obrigação como Vereador. Hoje, atendo 30, 40, 50 animais por dia. Isso é reflexo da falta de política pública, da ausência do Governo. Um hospital construído virou um elefante branco parado, e animais estão morrendo. Espero que não façam o mesmo com os professores.

Uma boa luta para os professores, continuem mobilizados, porque político não gosta de constrangimento; político não gosta de mobilização contrária a eles; político não gosta de passeata, do que pega na imagem dele! Se querem vitória, continuem mobilizados! Se tiverem que lotar isso aqui 30, 50 vezes e irem para a frente da Prefeitura, façam! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Está encerrado o período de Comunicação temática. Nesta tarde, o debate específico foi a luta das mulheres pelo direito à saúde, trabalho e participação política. Foi proposição da Procuradoria das Mulheres da Casa. No mês de março, todas as quartas-feiras, teremos um tema relacionado às mulheres. Tivemos a presença da Sra. Telia Negrão, representando a Sra. Enid Backes; da Sra. Matilde Cechin, da Sra. Dercy Furtado e das nossas Vereadoras da Casa: Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Comandante Nádia e Mônica Leal.

O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não poderia perder esta oportunidade, já que estive conversando com alguns professores, como o Professor Anderson, as Professoras Ana Cristina, Giovana, Eliana, da Escola Chico Mendes, da Vila Safira, onde eu trabalhei como Inspetor de Polícia, na 18ª. Conheço bem aquela região, como também conheço muito bem a região do Porto Seco, onde trabalho atualmente, onde fica a Escola Ildo Meneghetti.

Eu fico a me perguntar a respeito do que está sendo abordado hoje aqui: como pode o Sr. Secretário, que não conhece a realidade, recém empossado – portanto, não conhece a realidade na qual os professores estão trabalhando, educando; ele não conhece a realidade que os professores, especificamente, nessas duas localidades, da Zona Norte, o contexto de violência, da dificuldade –, vir abordar e querer mudar, assim de cima para baixo, porque educação não se faz com Secretário, educação se faz com professores.

Eu fico a questionar: como não pesquisar, abordar, como não buscar saber como é o processo de quem faz educação, como faz, de que jeito faz, procurar saber

quais são as dificuldades que os professores, diariamente, enfrentam para fazer o seu trabalho?

Então, eu fico realmente muito constrangido, quando vejo um ato tão radical e autoritário por parte do Sr. Secretário, que, daqui a pouco, vai estar aqui dando suas explicações, mas eu, desde já, gostaria, em meu nome e em nome do meu partido, de me colocar junto aos senhores professores nesta tarde e dizer que podem contar com o nosso apoio, porque, no dia em que falamos a respeito da importância da valorização das mulheres e, como a maioria dos professores é composto pela ala feminina, deixo o nosso apoio à questão da batalha das mulheres. Contem conosco! Muito obrigado e que Deus os abençoe. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; boa tarde a todos e a todas. Eu falo em nome da oposição da Câmara, das bancadas do PSOL e do PT, para apoiar a luta dos nossos professores da rede municipal e, mais do que isso, a luta da comunidade escolar que está em peso na Câmara de Vereadores numa Quarta-Feira de Cinzas. Numa Quarta-Feira de Cinzas de um País que tem a tradição da festividade do carnaval, a Câmara está lotada porque os trabalhadores e trabalhadoras estão lutando para que a escola pública seja campeã, como eu vi nos cartazes dos educadores. E infelizmente o que nós vemos é um ataque sem precedentes à gestão democrática, à rede municipal, ao Decreto de 2004, que foi uma conquista da categoria, no qual, felizmente, a hora atividade é uma hora fundamental nas nossas escolas. Quem acha que a hora atividade é folga ou não conhece a educação ou é mal intencionado e tem má-fé com aqueles e aquelas que são da rede municipal. Quem acha que das 7h30 às 8h da manhã os estudantes – eu não gosto da palavra aluno porque na etimologia significa sem alma e os nossos estudantes têm muita alma e nós estamos sempre lutando para resgatá-la, no sentido da educação, no processo de ensino-aprendizagem de todos nós – podem ficar sozinhos, ou mais, quem acha que se pode construir a figura do monitor, do professor, do bibliotecário de segunda categoria, que não está planejando o processo de ensino-aprendizagem de uma maneira transversal, de uma maneira dedicada, de uma maneira integral, com todos os componentes da rede, não entende nada de educação.

Eu sou bibliotecária, não sou professora. O meu colega Alex Fraga é professor da rede municipal, assim como a Sofia também; são os nossos dois colegas professores da rede municipal, integrantes da oposição. Mas eu sei muitas coisas sobre educação. Sei, por exemplo, que num processo ensino/aprendizagem, todos são parte: não só o bibliotecário, não só o monitor, não só o conjunto dos educadores, não só os volantes, mas a comunidade escolar, os pais, as mães, as crianças que compõem a rede municipal. Nós ficamos muito chocados não só com o conteúdo do decreto que revogou

a hora atividade numa concepção extremamente danosa do processo de educação – que não é um processo de educação emancipador, que não é um processo de educação que prioriza os espaços de formação – mas também pela forma. Eu não consigo conceber que nós possamos estar em 2017 e tenhamos Secretários de Estado que acham que podem fazer a ditadura da caneta, que podem passar por cima da gestão democrática, que podem passar por cima do Simpa, da ATEMPA, que podem passar por cima dos educadores e das educadoras, que podem interromper o processo de diálogo, publicar no Diário Oficial um novo decreto e querer que os educadores nada façam. Ainda bem que essa rede é valorosa, que essa rede tem história de democracia e de mobilização, que essa rede foi fazer piquete, no mesmo dia que eles anunciaram o decreto, na frente da Secretaria Municipal de Educação. Se tem um responsável pelo piquete da rede, é o Governo Marchezan, e não os educadores e educadoras que lutavam por direitos. Aliás, eu faço um alerta: 6 de março começam as aulas do ano letivo. Seis de março, milhares de crianças, que não são números, são estudantes e querem um processo emancipador da educação, querem voltar para a sala de aula. E alguém está colocando em risco, Ver. Maroni, essa volta. Quem deveria primar por uma volta tranquila, harmoniosa, com concurso público para suprir os professores que estão faltando na rede, com infraestrutura nas bibliotecas, com material didático está inviabilizando a volta do ano letivo na cidade de Porto Alegre. Nós não aceitaremos a tentativa de repassar isso para os trabalhadores. Parabéns pela mobilização de vocês! Contem com a bancada de oposição, porque só a luta muda a vida.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde aos professores e professoras que aqui se encontram nesta tarde de retorno de carnaval. É um prazer poder conversar com vocês. Para aqueles que não conhecem a minha história, antes de ser da Polícia Militar, fui professora, com muito orgulho, e ainda me considero professora. Quero dizer que a nossa Bancada do PMDB, a maior Bancada da Câmara de Vereadores, que hoje também pertence a um bloco independente, juntamente com outros partidos, coloca-se totalmente à disposição dos professores e professoras que aqui estão. Entendemos que o diálogo é necessário; entendemos que os conselhos escolares têm que ser escutados; entendemos que educação começa em casa, começa nos governos, começa respeitando a educação, a gestão democrática do ensino no Município. Pedimos respeito a esta gestão democrática, pedimos respeito aos conselhos que tanto trabalham em prol das crianças e dos adolescentes. Mais diálogo. Contem conosco para mudar essa história e fazer, sim, de Porto Alegre uma cidade com mais educação, mais respeito e valorização dos professores. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Hoje temos o comparecimento do Sr. Adriano Naves de Brito, Secretário Municipal de Educação, a quem convido a compor a Mesa.

O Sr. Adriano Naves de Brito está com a palavra.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Boa tarde a todos, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, professores que aqui estão para ouvir esta discussão; eu me propus a vir até a Câmara explicar o projeto que estamos desenvolvendo na Secretaria e esclarecer as primeiras medidas que foram tomadas, colocá-las na moldura correta do momento pelo qual passa a educação em Porto Alegre. É um prazer falar para vocês; espero que a gente possa ter realmente a oportunidade de esclarecer e entabular esta conversa, iniciada na semana passada, quando tive a oportunidade de fazer esta mesma apresentação para Diretores e Vice-Diretores, melhor dizendo, Diretoras, já que a maioria esmagadora dos dirigentes das nossas escolas são mulheres, mas dadas as circunstâncias não conseguimos concluir. Não tínhamos a pretensão de concluir, mas de avançar um pouco mais – oxalá a gente dê esse passo aqui. Venho nessa disposição que me caracteriza, bem como a gestão que estamos começando na SMED: focar no estudante e conversar com aqueles que são capazes de lhes entregar uma educação melhor. Eu disse, antes mesmo de ser cogitado para esta posição, a partir da minha experiência acadêmica, que não há substituto para o trabalho do professor com o aluno, trabalho este que precisa do seu tempo, e precisa do seu tempo cuidado e organizado. Então, a direção destas diretrizes que foram passadas inicialmente é a de qualificar o tempo do aluno na escola e de qualificar o tempo do aluno com o professor, mas, sobretudo, nós devíamos lembrar sempre e nunca esquecer a quem nós servimos e qual é, então, o foco do nosso trabalho. Nós partimos do estudante, que é o que recebe a nossa formação. Eu tenho sido professor a vida toda, desde o Ensino Fundamental, depois fiz carreira na universidade, e o que nos mantém na carreira são o aluno e o sucesso desse aluno. Há uma história pampeira, mas bem interessante. Um gaúcho da fronteira dizia: “Mas o professor não tem sempre que aprender? E ele ensina cada vez mais para o aluno, e o aluno tem condições de receber aquilo que ele tem a ensinar, com tudo que o professor vai aprendendo ao longo da sua vida?”. Eu dizia a ele que com quem mais aprendemos é com o aluno, não em termos de conteúdo, mas aprendemos com o aluno aquilo que ele precisa saber de nossa parte para poder avançar na própria vida. Um outro filósofo muito conhecido nos Estados Unidos disse que, quando ele começou a ser professor, no início da carreira, ele ensinava o que ele precisava saber; depois, ele ensinava o que ele já sabia; finalmente, quando ele ganhou experiência, ele passou a ensinar aquilo que os alunos precisavam aprender. Nós partimos dos alunos.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Essa é Gabriely, uma aluna nossa, num jardim de praça, portanto ela não está no Ensino Fundamental. As medidas que nós anunciamos versam sobretudo sobre a organização da rotina do Ensino Fundamental. E

essa Gabriely tem expectativas. Essa Gabriely ainda não tem um projeto de vida, mas ela tem um fogo que vai crescer com ela, que é o fogo que queima em todos aqueles que tomam consciência de si mesmos e desenvolvem projetos para a própria vida. Eles querem que esse fogo queime, querem que esse fogo realize alguma coisa. Então, esse é o nosso caminho.

Todo o nosso trabalho, o trabalho de professor e o trabalho de educação é um trabalho para o estudante. O estudante tem que ser o núcleo em torno do qual nós organizamos todo o nosso trabalho e organizamos a rotina do lugar onde ele vai aprender.

A Gabriely, lamentavelmente, na nossa rede, hoje, tem pouca chance de concluir o quinto ano com a proficiência aceitável nas disciplinas de Português e de Matemática. Por que estou mencionando Português e Matemática? Porque estas são as disciplinas e as habilidades que são consideradas, universalmente – claro que não Português, mas línguas e Matemática –, em todos os lugares, como condições sem as quais o aluno não pode se desenvolver de jeito algum; ele não pode se desenvolver em outros níveis de formação e não pode se desenvolver na vida. Lamentavelmente, a Gabriely tem, hoje, apenas 30% de chance na nossa rede de chegar no quinto ano proficiente em Português e Matemática. É interessante prestar atenção nesse conceito de proficiência. O que é a proficiência? Nós não estamos falando de alunos excepcionais, não estamos falando de alunos que batem recordes; nós estamos dizendo aquele grau de domínio de certas habilidades, neste caso, o domínio do Português e da Matemática, que é condição *sine qua non* para que o aluno avance, para que ele dê o passo seguinte. Portanto, é o mínimo que nós podemos entregar para esse aluno. Este resultado foi produzido com dados oficiais, são dados da Prova Brasil. Todos os diretores receberam, na semana passada, estes resultados. Estes resultados foram enviados, agora, há pouco, para todos os Vereadores. Eles mostram os resultados em todas as escolas da nossa rede. Enquanto olhamos estes resultados, vemos uma marcação. Estas marcações são feitas pelo grupo do MEC que aplica a prova e faz a tabulação disso, e vemos, então, que as nossas crianças estão perfiladas um pouquinho antes do mínimo necessário. Você tem crianças, claro, que atingem e superam; então, nós temos fenômenos de crianças que vão além, mas cerca de 80% das nossas crianças não atingiram esse mínimo. Nós não estamos falando aqui – e isso é interessante, embora os dados estejam também disponíveis – simplesmente de um dado comparativo. Qual a importância disso? Um dado comparativo é, por exemplo, o IDEB. O IDEB é um dado que compara resultados em diferentes redes. O problema do dado comparativo é que o termo de comparação pode ser muito ruim. Eu me lembro de um colega que dirigia estudos sobre uma outra rede, e constatou que essa outra rede alcançou o primeiro lugar do IDEB no Brasil. Eles saíram de 3,6 para 3,9 numa escala de 0 a 10. Embora fossem os primeiros do Brasil no IDEB, eles continuavam sem proficiência. Quer dizer, não estavam entregando ainda para os alunos aquele mínimo que nós deveríamos entregar. Portanto, nós não estamos falando aqui de um dado comparativo, isso não é uma gincana; educação não é uma gincana. A educação precisa entregar aquilo que o aluno precisa para se desenvolver e realizar o seu projeto de vida. Nós não estamos fazendo isso.

Hoje, a Gabriely tem 30% de chance de chegar ao quinto ano com essas habilidades dominadas. Se ela avançar – e nós todos esperamos que a Gabriely avance e termine o nono ano na nossa rede –, as chances dela vão cair; ela vai ter apenas 20% de chance de terminar esse nono ano com as proficiências nessas mesmas competências. De novo, dados da Prova Brasil. Estes resultados nos chamam a atenção porque mostram que nós não estamos conseguindo retornar à Gabriely, mesmo com tudo aquilo que temos a oferecer, com professores qualificados, com horas de planejamento, com escolas cujo estado, na comparação com muitas redes municipais, é muito melhor, na comparação mesmo com o Estado do Rio Grande do Sul, são instalações melhores. Nós não estamos conseguindo retornar à Gabriely uma mão que ela nos estendeu aqui no jardim, quando veio buscar instrução na rede pública de ensino municipal de Porto Alegre. Portanto, nós temos algo que, para professores – e esta Casa está cheia deles –, deve doer muito, porque em mim, como professor – e não sou professor dessa rede, mas sou professor –, é sempre muito difícil não estarmos conseguindo realizar a entrega que gostaríamos de fazer para nossos alunos. E o nosso foco tem que ser essas crianças e as famílias dessas crianças cujo ciclo de pobreza não pode ser vencido se elas não tiverem os recursos suficientes para avançar e se desenvolverem num mundo que é absolutamente dependente de conhecimento para que a pessoa possa realizar os seus projetos.

Eu queria marcar muito, como marquei para os colegas diretores quando apresentei, que a única razão pela qual nós nos movimentamos e vamos nos movimentar nos próximos quatro anos na SMED, é conseguir levar às crianças as condições para que elas construam os seus futuros. E nós somos chamados para isso. Educação não é assistência social, educação não é um favor; educação é um direito, e ela tem o direito de exigir algo mais de nós. Toda a nossa organização é para isso. Eu insisto nisso, o ponto de partida, a condição necessária para que uma educação se faça é que tenhamos um contato qualificado entre o professor e o seu aluno. Condição necessária não significa condição suficiente, isso está longe de ser condição suficiente; este é apenas o começo, muito mais deve ser feito e será feito, se nós – como temos certeza – continuarmos a construir esta renovação dos modos de organizarmos a nossa vida escolar, de modo que o potencial que nós temos se expresse na entrega que a gente faça para essas crianças.

Muito bem. Qual é então o mote dessas diretrizes que foram apresentadas? Eram esses dois: qualificar o tempo da criança na escola e o tempo da criança com o professor.

As escolas do Município têm peculiaridades e singularidades que afetam cada uma delas. Portanto, é muito difícil fazer uma descrição – e nunca foi este o objetivo – da realidade de cada uma das escolas. É preciso, no entanto – e é isso que estamos buscando –, ter alguma orientação básica que possa ser, em cada uma das escolas, trabalhada dentro do seu próprio contexto, respeitadas essas diretrizes, para que se produza o melhor resultado nessa direção.

Uma das coisas fundamentais é que, quando pensamos nas famílias e nos lugares onde as nossas escolas municipais estão colocadas, percebemos que estas cresceram à margem da ocupação. O Estado do Rio Grande do Sul oferecia escolas no

Centro, ainda hoje o Estado oferece o dobro em termos de formação do Ensino Fundamental do que nós, no Município, ofertamos. Se juntarmos o que nós ofertamos no Município, na rede municipal, e o que é oferecido na rede privada, ainda assim o Estado é o maior provedor de Ensino Fundamental. Mas as nossas escolas cresceram, então, à margem e ocuparam lugares de vulnerabilidade. Nesses lugares, muitas vezes, não raro, a escola é o único equipamento de Estado, a única presença do Estado naquela comunidade. Portanto, a escola é um lugar que deve ser cuidado e deve ser um lugar de recepção, nós devemos receber o aluno. Então, a qualidade do tempo do aluno na escola passa por uma escola que acolhe esse aluno e dá a esse aluno o que ele precisa, no tempo que ele precisa e no tempo que aquilo que está sendo dado carece para ser realizado, seja uma aula, alimentação ou outro cuidado qualquer que a gente tenha que oferecer na escola, mas sempre lembrando: escola é educação; educação não é assistência social, escola e educação têm alcance social profundo na vida das pessoas, mas nós, quando fazemos educação, não fazemos serviço social; o que nós fazemos é dar a essa criança conhecimento. Para isso, estamos propondo uma reorganização da rotina escolar no mote que eu levantei: cada coisa no seu tempo e no tempo de cada coisa. Como estamos pensando isso, em termos de diretrizes básicas? Novamente insisto no termo diretrizes básicas, porque as peculiaridades das escolas exigem – como, de regra, é a prática em qualquer escola do mundo, isso não é único da nossa rede – uma adequação dessas diretrizes a cada uma dessas realidades.

Para que os Vereadores entendam, como funciona o processo de discussão do horário escolar de um ano na nossa rede? Funciona do seguinte modo: são enviadas a partir da mantenedora, que é a SMED, as diretrizes fundamentais, que são acolhidas pela escola, são discutidas na escola. Essa discussão tem que passar pelo Conselho da escola, portanto, tem que envolver todos os atores da escola; é muito importante pensarmos nessa estrutura dos conselhos, que envolvem alunos, professores, funcionários, dirigentes da escola – esse é o órgão máximo. Uma vez que tenha chegado ao órgão máximo e ele aprove o horário escolar, o horário escolar é retornado à SMED, que verifica se as condições mínimas de oferta que determina a lei estão atendidas, então nós homologamos ou devolvemos para a escola, para ela fazer ajustes. Quando é feito isso? Na passagem do final do ano, da passagem de um ano a outro. No ano passado, a gestão anterior tomou uma decisão, considerando que havia eleições e que outra força política tinha assumido o poder: a de postergar o prazo de envio dessas diretrizes para o calendário escolar, na expectativa de que a nova gestão pudesse introduzir alguma modificação e que tivesse tempo hábil para fazê-lo. Nos anos anteriores, esta discussão foi encerrada – varia de escola para escola novamente, porque depende do ritmo de cada uma dessas escolas – mais ou menos por abril, maio; eventualmente, alguma fechou em junho. Nós, então, estamos enviando num processo que é o processo ordinário de discussão desta proposta, e apresentei pessoalmente a todos os diretores e vice-diretores estas diretrizes, para que estas diretrizes pudessem ser discutidas em cada uma das escolas.

Amanhã e depois, a propósito, há reuniões de planejamento em cada uma das escolas, e os professores, as suas direções e também eventualmente, dependendo da

organização de cada escola, a comunidade poderão discutir estes elementos básicos, num processo que pode se estender por mais algum tempo. Pode se estender mais no tempo do que no ano passado, porque começamos um pouquinho mais tarde, devido à razão que acabei de explicar.

Muito bem. Que diretrizes são estas e o que se almejava com estes balizamentos que estamos apresentando à nossa rede? O que nós temos hoje é um horário que está muito entremeado por alimentação. Eu estou falando especificamente da Educação Fundamental e não estou falando da Educação Infantil. Então, vamos pensar em termos de faixa etária. Mais na sequência, eu mostrarei para vocês qual é o horário da Educação Infantil. O horário da Educação Infantil continua exatamente como segue. Portanto, nós estamos falando que mais da metade desta rede não está sendo afetada por estas diretrizes que estão sendo apresentadas. Então, estamos falando sobretudo para a Educação Fundamental, da 1ª à 9ª série.

Quanto a este calendário, como eu disse no início, as peculiaridades das escolas impedem que você faça um quadro preciso, que seja idêntico para cada uma delas. Elas têm as suas peculiaridades, e isso é perfeitamente cabível dentro de um certo limite, que atenda diretrizes e atenda também o mínimo legal para a preservação dos calendários escolares. Mas, via de regra, o nosso horário de Ensino Fundamental, portanto de crianças a partir de seis anos até catorze anos, sempre mais ou menos, está muito entremeado com alimentação. E nós temos também uma figura, que é o professor volante, que foi criada num documento histórico nesta rede, muito estudado nacionalmente, que é o Caderno 9, cuja função era muito interessante. Estamos falando de uma escola ciclada, que trabalha com três ciclos, e, nesses ciclos, os estudantes vão sendo avaliados, mas a ideia era que tivéssemos professores – que são os professores volantes – que viessem em auxílio do professor regente. Essa nomenclatura varia também, porque nós temos um professor regente nas séries iniciais, não temos professor regente como tal nas séries finais, mas vamos trabalhar com essa ideia do professor regente apenas para efeito desta apresentação. Esse professor volante viria em auxílio desse professor justamente para recuperar esse estudante, de modo que ele pudesse – como a ideia era não haver reprovação – alcançar o resto da turma e ir adiante. O modelo, então, pensava, dito com outras palavras, no sentido de uma bidocência: você tem o professor regente e você tem o professor volante, que entra auxiliando o professor para recuperar aqueles alunos. Com o passar do tempo, a tradição e a organização das escolas foram caminhando para um sentido um pouco diverso, e o professor volante apareceu como substituindo o professor regente nas suas ausências e, eventualmente, isso ficou caracterizado que uma vez por semana o professor regente – estou lidando então com essa primeira parte do ciclo de formação do aluno – não estivesse presente e o professor volante, então, o substituísse. Ora, obviamente esta ideia não é compatível com o modelo que nós temos, que é um modelo ciclado, um modelo que tem muitas virtudes, as quais não têm aparecido. Essas virtudes não têm aparecido, apesar de termos um sistema ciclado, porque o nosso índice de reprovação é altíssimo. E nós temos dificuldades de entender como é que um sistema ciclado como o nosso tem um índice de reprovação tão alto – são coisas que nós precisamos, naquela parte suficiente,

trabalhar, e trabalhar por muito tempo. Acontece, então, que o nosso horário tem um contato. O aluno acabou tendo um contato com o professor volante, que é um professor como qualquer outro, é um professor que tem a mesma formação dos outros demais professores, mas tinha essa função, e ele entra, então, substituindo o professor. E ele, ao contrário do professor regente, que tem contato com uma turma, tem contato com três turmas, com quatro turmas, com cinco turmas, dependendo do nível de formação que nós estamos falando. Então, quando eu digo, lá em cima (Aponta para a projeção.), onde nós temos um pouco *dégradé*, significa aula entremeada com alimentação, que é o café da manhã. As escolas, via de regra, começam às 7h30min, mas escolas podem começar antes, outras podem ter outras práticas. De novo, isso é muito difícil de aquilatar, porque há muitas peculiaridades. E, ao final da manhã, a mesma coisa, há um certo entremeio entre a refeição e a aula. Tudo isso é contado como hora aula, como se pleno exercício docente fosse. E, o intervalo, que é o recreio, quando nós também servimos refeições. Às quintas-feiras, é tradição da rede, há uma reunião pedagógica em que todos os professores estão presentes, mas os alunos são convidados a retornarem às suas casas; então, os alunos são dispensados e recebem a refeição às 10h da manhã, uma pré-refeição, um almoço que não é tal qual nos outros dias, porque, afinal de contas, está sendo oferecido em outro horário, e esse aluno é dispensado.

Nós começamos dizendo, sobretudo nessa parte, que as nossas escolas estão em lugares de vulnerabilidade, e que, portanto essas escolas são, muitas vezes, o único equipamento de Estado no lugar. E nos parece muito temerário que as crianças retornem às suas casas, nós não temos garantias de que os pais... Os pais trabalham nessas regiões, as mães precisam trabalhar, ou seria melhor que tivessem a liberdade de fazê-lo para também ajudar as famílias, e muitas vezes podem não ter essa liberdade, porque elas têm, nas quintas-feiras, se o filho estudar, por exemplo, no turno integral, de duas em duas horas, ela vai buscar e entregar a criança na escola. Mas nós temos uma outra situação, que são os irmãos mais velhos que levam essas crianças, um parente, ou, ou, ou... O irmão mais velho pode ser o irmão de sete anos levando o irmão de seis anos. Mas temos uma situação que parece inaceitável também para a escola, dado, sobretudo, o lugar em que essas escolas estão. Bom, essa é, via de regra, com algumas variações, o que nós temos na nossa rede.

O que nós estamos dando como diretriz? Reparem uma outra coisa: nesta organização, nós temos um quadro de cinco por cinco. São cinco aulas por dia, cinco dias por semana, exceto na quinta-feira, que são três aulas. As diretrizes que foram encaminhadas para as escolas preveem o seguinte: primeiro, a escola vai abrir no horário em que ela sempre abriu, nós colocamos ali “pelo menos” às 7h30min, para receber as crianças, é a acolhida. Nós nos lembramos e todos podem se lembrar do seu tempo de escola: em seu tempo de escola, você chegava, conversava com os colegas alguns minutos antes, chegava o professor e começava a aula. Então, tem o momento da acolhida na escola. Esse tempo da escola... A escola tem de ser um lugar de referência para o aluno, o lugar em que o aluno se sente acolhido e pode começar o dia. Ele começa o dia, pelo menos, às 7h30min, com um café da manhã. Esse café da manhã é servido, e, às 8h, começa propriamente a aula. Nós começamos a contar o tempo de

aula, então, a partir das 8h da manhã. Das 8h, nós temos três períodos de 45min, depois temos o intervalo, e depois temos dois períodos de 45min, e, finalmente, se encerra, para começar a outra refeição – no intervalo também há um lanche –, que é o almoço. O que nós estamos fazendo? Nós estamos dizendo cada coisa é no seu tempo, no tempo de cada coisa. O horário de aula de docência é um horário em que o professor está dedicado ao aluno na atividade plena da docência, e isso está resguardado. Isso é que deu uma qualificação maior na relação, que é o que nós esperamos que aconteça. Isso aqui me perguntarão se é suficiente. Insisto, claro que não. Que o professor tenha horários organizados para que ele tenha relação com o aluno, é condição necessária para o processo educativo, condição suficiente para que essa relação aconteça de maneira adequada, e isso nós precisamos trabalhar e precisamos trabalhar todos juntos. Quem faz essa entrega, última análise....

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: ...Agradeço o tempo. Essas diretrizes, então, que também são, percebam, um quadro de cinco aulas por dia, cinco dias por semana, sem a interrupção da quinta-feira. E sem essa interrupção da quinta-feira, os alunos não mais seriam dispensados. E claro, isso tem de ser customizado de escola para escola, o modo como lidaremos com os alunos nesses dias. Isso não pode ser feito, e nem nós fizemos. Nós não fizemos a partir da própria SMED, isso é uma discussão que tem que ser feita na própria escola, inclusive com a possibilidade eventual de essa reunião pedagógica – os colegas podem decidir – ser feita em outro horário. Quero, para finalizar, mostrar duas coisas, uma é o calendário da Educação Infantil, que atende a alunos das 7h às 19h, com professores desde as 8h até as 18h. Essa Educação Infantil acontece – também é uma relação do professor com o aluno – também em horários de alimentação; por óbvio, na Educação Infantil, é absolutamente essencial que o professor tenha contato com o aluno durante o processo de alimentação, isso é parte do processo educativo, e nós estamos falando de crianças de quatro a seis anos de idade. Isso acontece, isso continuará tal como está, nós não estamos sugerindo nenhuma alteração neste sentido. E percebam que as aulas acontecem sem interrupção e sem entrada de professor volante durante toda a semana. Os horários, como já mencionei, temos que tratar sempre como “pelo menos”, as escolas têm a discricionariedade de ampliar esse horário, mas não têm a discricionariedade de diminuí-lo, porque ele é o mínimo legal. Na proposta que foi encaminhada às escolas, nós trabalhamos com o mínimo, que é 200 dias e 800 horas. Isso significa, então, algo como quase 30% a mais de contato entre aluno e professor em ambiente de sala de aula, ambiente de docência, porque estamos separando esse ambiente de sala de aula do ambiente da alimentação. Isso pode ser um pouco mais em algumas escolas e pode ser menos em outras escolas. De novo, esse é mais ou menos um número redondo. E o que significa isso para o professor? Nós, ao fazermos a proposta, consideramos muito que

era preciso que tivéssemos uma proposta que atendesse profundamente ao aluno, mas não descuidasse daquilo que são os direitos, e direitos que têm o professor, porque eles se reverterem em benefício dos alunos. Então, o que nós tivemos aqui é um acréscimo de 15 minutos na carga horária do professor em sala de aula. Estamos falando em hora-relógio, e aqui também muita discussão já houve, porque muitas vezes se lida com a hora-aula, e a hora-aula pode variar, estamos mesmo propondo sair de 50 minutos para 45, mas o mínimo legal que o MEC estabelece é pensado em horas-relógio. São 800 horas-relógio. Em todas as maneiras que você organiza uma rede, precisa organizá-la de modo a atender, ao final das contas, as 800 horas-relógio. Não importa como se fracione essa aula que está sendo oferecida. Isso significa um impacto muito pequeno na carga horária do professor em sala de aula; nenhum impacto na sua carga horária geral. O professor continua tendo 20 horas, não vai trabalhar mais de 20 horas, ele vai trabalhar 12h45min em sala de aula e terá 7h15min de planejamento. Hoje ele tem 7h30min de planejamento, de fato, estamos tirando 15 minutos do planejamento e aumentando 15 minutos na docência efetiva em sala de aula. E aonde nós queremos chegar? De novo, o que nós estamos oferecendo são os passos para a estruturação de uma rotina que crie as condições necessárias, mas não suficientes para que o nosso resultado seja alcançado, para o resultado que nós queremos alcançar, para os quais nós precisamos trabalhar muito ainda nesses quatro anos, para os quais nós temos muitos projetos que gostaríamos e vamos fazer na medida em que avance. Nós estamos aqui apenas há dois meses à frente da SMED.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Peço para as galerias só um minuto de atenção. Secretário, como nós já extrapolamos o tempo muito além do nosso tempo regimental, vou pedir para o senhor tecer esta parte nas considerações finais, se possível, porque, na verdade, já estendemos um tanto a mais. O Secretário falou por 30 minutos.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu quero agradecer as considerações finais do Secretário Adriano e agradecer muito as nossas galerias que, até o final, ouviram o Secretário. Então, palmas para vocês. (Palmas.) Demonstra que os nossos educadores estão muito preparados para este debate. Como combinado, ao final, eu dei o tempo para as manifestações; agora, ao final de cada manifestação de cada Vereador também teremos tempo para as manifestações. Já passei para o Secretário, eu recebi, antes da Sessão, representantes da ATEMPA e do Simpa, que me encaminharam alguns questionamentos, porque este período de comparecimento não propicia o debate, pelo menos o debate das entidades com o Executivo. Logicamente que o debate se dará aqui com os Vereadores que farão os questionamentos. Mas eu me comprometi, então, inclusive, já passei para o Secretário, mas vou ler para que fiquem registrados, nas

nossas notas taquigráficas, os questionamentos, alguns já respondidos, e, quanto aos eventuais questionamentos que não foram respondidos, eu vou pedir para o Secretário que, então, na sua finalização, possa contemplá-los. O que significa, do ponto de vista pedagógico, diminuir os períodos de 50 para 45 minutos? Hoje, os alunos ficam na escola ao longo da semana, atendidos por professores, 20 horas e 30 minutos. Pela proposta da SMED, os alunos ficariam 20 horas. Então, não está configurando aumento de horas – por que a mudança? Hoje, as aulas começam às 7h30min e às 13h30min. Então, o café da manhã é feito antes das 7h30min. (Palmas.) Por favor, para eu poder finalizar. O café da manhã é feito antes das 7h30min, e o almoço é servido antes do início das aulas da tarde. Hoje, só os alunos pequenos do turno da manhã são acompanhados no refeitório para o almoço, no final do turno da manhã. Como todos os alunos usarão o refeitório ao mesmo tempo – espaço físico, talheres e pratos? (Palmas.) E como ficarão os alunos de inclusão? Ficarão sozinhos alunos de diferentes idades e com diferentes necessidades? Quem são os profissionais que ficarão com os alunos? Não existe na rede a figura do professor auxiliar e/ou substituto. Qual a fundamentação teórica para a diminuição do recreio? As famílias que matricularam as crianças para o ano letivo de 2017 esperam que os alunos sejam atendidos às 7h30min, como ficará?

Esses foram os encaminhamentos, Secretário, que a ATEMPA e o Simpa encaminharam e eu já havia lido passado, está com o senhor.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O que o Ver. Robaina solicita, foi o que já esclareci que não é possível, pelo Regimento. Nós temos outras formas de debates na Casa: comissões; no comparecimento, o debate se dará com a participação do plenário. Fiz os encaminhamentos que a ATEMPA e o Simpa solicitaram.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O senhor pediu uma questão antirregimental que eu já disse que não é possível.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Queridos e queridas colegas da Rede Municipal de Ensino, pais, alunos, lideranças dos conselhos escolares que aqui estão presentes e que estão acompanhando este momento que não é o debate que tínhamos pensado. Nós solicitamos à Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude que oportunizasse o contraponto com a fala do sindicato, do Conselho de Educação, dos diretores, das diretoras, e esperamos que esse momento ainda aconteça.

Secretário, estamos neste lugar que acolheu muitas vezes essa categoria em muitos anos, em muitos momentos de tensão, de luta e de vitória. Meu coração salta pela boca, porque acho que é assim que está cada professor e professora, aqui e fora daqui. (Palmas.) Muito emocionado e indignado, porque gostaria – e foi gritado, em

coro, aqui, que é mentira – de contar ao senhor e à sua equipe como é de fato a rede municipal de ensino, essa é a primeira questão. O seu diagnóstico está errado, Secretário de Educação. Está errado! Primeiro, porque essa rede não tem um único referencial para avaliar o seu trabalho e seus alunos, o IDEB. Reduzir a aprendizagem, desenvolvimento e educação, português e matemática em uma prova aplicada é um equívoco! É um equívoco e um desrespeito a uma caminha de uma rede municipal muito forte, participativa, que estuda, que discute, que desde 85, a partir do Congresso Constituinte, tem feito, a cada quatro anos, uma Conferência de Educação, um Congresso de Educação, tem discutido seus regimentos escolares; tem aprovado legislação de gestão democrática e aprovou um Plano Municipal de Educação, votado nesta Casa, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, que tem o diagnóstico. Vá visitar as escolas, Secretário, e veja o diagnóstico que está no Plano Municipal de Educação.

O Plano tem um diagnóstico, tem diretrizes e tem metas, para continuar o processo de qualificação da rede municipal de ensino. Nós não consideramos esse processo concluso, mas chegamos até aqui a partir de muitos debates, e de debates pedagógicos. A organização da rotina escolar e do calendário escolar, Secretário, é base, é resultado, e tem base no trabalho pedagógico, no debate pedagógico, traduzido nos regimentos escolares. Os nossos alunos, o currículo para nós, está escrito no caderno, está escrito no documento referência, é aprovado pelo Conselho de Educação. O currículo são todos os tempos e espaços oportunizados aos alunos na escola. O tempo da refeição é currículo, o tempo do acolhimento no portão é currículo, do recreio é currículo, da atividade em refeitório é currículo. Mas mesmo assim, o nosso currículo começa antes de entrar na escola, na porta da escola, na espera para entrar, no lanche que é feito pelos maiores, sozinhos, sim, sem ser no horário de aula. O nosso currículo, Secretário, avançou muito para considerar todas as crianças no seu momento de desenvolvimento.

Portanto, para nós, língua estrangeira, artes, tecnologia, música, ciências, tudo é currículo e tudo compõe o processo de aprendizagem. Nós não aceitamos mais... Eu me lembro, gente, que português e matemática eram as únicas importantes disciplinas com maior tempo na grade na era dos regimentos escolares outorgados pela ditadura militar. Esse era o currículo! Esse era o currículo da ditadura militar, e nós levantamos esse currículo, a rede municipal se tornou mais inclusiva. Muitas das nossas crianças com deficiência não aprendem português e matemática e aprendem muito mais, crescem e se desenvolvem na rede municipal de ensino. Então, Secretário, não dá para dizer que há democracia quando o senhor revoga cinco dias do início do ano...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Eu vou respeitar o tempo, depois agente vai falar em Liderança do PT. Então, quero dizer que fala em democracia, mas revoga o decreto organizador da rotina escolar e estabelece um novo parâmetro no início do ano

letivo! Isso é autoritarismo, isso é intervencionismo, isso é desrespeito, isso desorganiza a comunidade escolar. Por fim, Sr. Secretário, o senhor está considerando aula o tempo em que os professores estão em reunião. Está considerando que 600 alunos, durante a reunião dos professores, estão sendo atendidos de alguma maneira e estão recebendo mais aula e mais qualidade? Eu não acredito nisso! Nós já superamos isso na rede municipal de ensino. Com diálogo e democracia, o senhor terá essa rede construindo com o senhor, respostas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esclareço às galerias que o nosso tempo regimental para as intervenções dos Vereadores em Comparecimento é de cinco minutos e nós temos a cultura de darmos um minuto de tolerância. Então, isso será para todos.

Peço compreensão para que tenhamos agilidade e uma boa tarde de trabalho. Durante o período de manifestação do Vereador, quero contar com a colaboração de todos para que façam silêncio.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Primeiro, eu quero dizer que a minha fala, mais do que para ser aplaudido ou vaiado, é para procurar fazer o debate sobre aquilo que nós estamos procurando entender. Sou irmão de professora, ex-diretora de escola já aposentada, então, a gente conhece um pouco sobre a categoria. Secretário, eu sei que o senhor assumiu a secretaria há pouco tempo e ainda está procurando achar o melhor. Eu acho que nós precisamos, o mais rápido possível, e tenho certeza de que o senhor vai querer fazer isso, do diálogo, para que a gente possa encontrar o melhor caminho, porque todos nós aqui queremos o melhor para a sociedade e para os nossos alunos, para que eles possam atingir, cada vez mais, um nível melhor. Sabemos da deficiência do Município, da situação difícil de falta de recursos que o País, o Estado enfrentam, então acho que nós temos que encontrar o melhor caminho para melhorar a qualidade do nosso ensino.

Tem algumas coisas que o senhor falou que realmente me preocupam, como a questão desse índice proficiente em português e matemática. Eu acho, Ver.^a Sofia, que tudo é importante no processo democrático, no ensino, na qualidade do ensino: aprender sobre o nosso País, a educação geral, como se comportar, a democracia, todos são fatos importantes para as crianças aprenderem. Mas não é admissível que os alunos cheguem à 9º série sem ter condições de somar, multiplicar, dividir e, no futuro, quando chegarem ao Ensino Médio, fazer uma redação e não tirar zero. Nós tivemos mais de 500 mil alunos aí no Brasil tirando zero, e não são só da escola municipal.

Nós temos que ter preocupação com o ensino. O que eu vi é a preocupação do Secretário em aumentar o número de horas-aula dos alunos – pelo menos foi o que

eu entendi. Diante da fala do Secretário, seriam 200 dias, 4 horas-relógio por dia, para que fossem alcançadas as 800 horas-relógio, foi o que eu escutei. Pelo que estou vendo, os professores ficam mais que 20 horas dentro da escola – e não sei se há condição ou não, Secretário –, mas o senhor quer que os professores fiquem 20 horas-aula, não contando o horário das 7h30min. Se formos fazer isso, de o aluno ter aula das 8h ao meio-dia, haverá professores suficientes para se continuar dando o café das 7h30min às 8h, e o almoço das 12h às 12h30min? Esse é um ponto que temos que identificar: se é o professor que chega hoje às 7h30min, e recebe o aluno no portão, leva para tomar café. Como funciona? Quem recebe? Quem vai acompanhar?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O tempo do Ver. Mauro Pinheiro está garantido. Gostaria de solicitar a compreensão das galerias para que o Vereador possa encerrar a sua manifestação.

O SR. MAURO PINHEIRO: A minha preocupação é se há professores do quadro suficientes para fazerem as 200 horas-aula sem liberarmos os alunos na quinta-feira. Preocupa-me essa liberação na quinta-feira, de o aluno ir para casa e não ter o que fazer. Acredito, Presidente, que temos que ter um mecanismo para ouvir os professores e os diretores das escolas, numa outra oportunidade, para que possamos ouvir os dois lados e assim tomarmos uma decisão. Acho que o diálogo é importante, tanto da Casa como dos professores, diretores e secretário, mas temos que evoluir esse processo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, caro Secretário, dirigentes da ATEMPA e do Simpa, professores, professoras, comunidade, há pouco mais de 20 anos Darcy Ribeiro nos deixava, e eu captei uma frase dele que acho extremamente importante – nem precisava dizer isso, pois ele foi um grande educador, um antropólogo: “Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar”. E eu nunca vou me resignar. Acho que, quando se discorda de algo, a gente não deve se resignar. Digo isso, Secretário Brito, porque o senhor pode ver que aqui está se construindo uma unanimidade quanto à sua decisão. O mais sensato seria reabrir um amplo diálogo com toda comunidade escolar, porque a escola interfere diretamente na comunidade: na vida dos pais, dos alunos... O senhor falou, inclusive, dos conflitos que existem. O Alex me passou agora um documento importante sobre a violência na periferia, nas escolas, e teve uma frente parlamentar sobre esse assunto. Eu acho que, diante desse clamor, revogar a sua decisão não é nenhum demérito da sua parte. (Palmas.) Não é nenhum

demérito do atual Governo, até porque ele nos pediu 120 dias para trazer para cá um conjunto de proposições para reestruturar o atual Governo. Nós fizemos cobranças, mas eu fui a primeira pessoa a dizer, publicamente, que tem que dar tempo ao tempo, mas precisa ser uma conversa em que todos se escutem. Então, Secretário, eu quero fazer um apelo, até porque sou um dos mais antigos aqui, já fui Secretário, entrei na Prefeitura em momento de crise e de grandes problemas em uma Secretaria altamente controversa. Foi só com muito diálogo, usando todos os meios de conversa e principalmente de convencimento que consegui algum êxito, o que acho que tivemos.

O senhor pode ter um grande êxito porque tem uma grande categoria profissional, com profissionais altamente capacitados. Eu acho que há muitas formas de trabalhar o processo de educação, e não é só em sala de aula. Falo isso porque já fui professor, tenho uma frustração porque nunca consegui ser professor no Município, e no Estado fui por pouco tempo, perdi meu cargo, depois fui para as escolas privadas, mas aprendi que a questão de estar com o aluno, de ganhar o aluno, de trazer um processo diferenciado em uma comunidade escolar é fundamental. O senhor só tem a ganhar se voltar atrás; volto a dizer, é um apelo, não é um demérito, o senhor terá uma grande comunidade para fazer um amplo debate, poderá cobrar os índices do IDEB – já cobrei uma vez aqui, até fizemos um debate com vários colegas, fizemos debates públicos sobre isso; tenho muitas dúvidas sobre algumas questões, mas acho que ter dúvida só faz a gente aprofundar o debate, a busca, o estudo; portanto, diante do clamor do “revoga”, quero lembrar, Secretário, o que diz a LDB, no seu art. 14: “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” Secretário, ouça bem o clamor; o senhor vai ter uma grande gestão se, de agora em diante, fizer esse diálogo. É o que posso lhe dizer humildemente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Sr. Secretário, colegas Vereadores, prezados professores que estão aqui nas galerias, meus colegas, eu estou com os olhos ardidos porque eu fui dormir às 4h preparando os planos de aula para o próximo semestre. Aliás, eu trabalho em duas instituições privadas, lembro-me de uma sessão em que um reitor, professor de carreira, nos disse de forma muito franca: “Se você está sentindo o peso de perder os finais de semana, se você está sentindo sobre si o cansaço de perder algumas noites, se isso está pesando sobre você, você escolheu a profissão errada”.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Eu percebo, Sr. Presidente, que existe uma massa de ignorantes nessa plateia que sequer espera alguém terminar de concluir. Eu vim dizer a vocês, senhores, robôs, vaiadores, que eu estou a favor dos professores, e que sou a favor de revogar, isso que eu vim dizer! Mas vocês estão tão tomados pela ideologia que, talvez, vocês sejam os mesmos que manipulam os alunos nas escolas por ideologia covarde e de esquerda! Talvez vocês sejam os mesmos que não respeitam os nossos filhos, porque eu estou falando aqui como professor! Eu vim dizer que professor tem o direito de tratar uma aula com decência! Eu vim aqui dizer que professor tem o direito de estar também remunerado fora da sala de aula para preparar bem as suas atividades! Mas os senhores não querem me ouvir, porque boa parte dos senhores aqui são fantoches manipulados, que sequer escutam e já começam a vaiar. Aqui está, Secretário, a posição do nosso Partido, um apelo para que se revogue. Nós somos professores de carreira, nós sabemos o que é perder a noite de sono porque a carga horária excessiva de sala de aula não nos permite preparar, naquele tempo, uma boa aula. Essa boa aula, esses trabalhos que precisamos corrigir, as atividades que precisamos organizar, quem é professor sabe disso, sugam o tempo da nossa família, a convivência com os nossos amigos, sugam outros prazeres inclusive intelectuais, como ler o que tu gostarias de ler e não podes, Prof. Alex, não é bem assim? Porque tu tens que fazer uma leitura instrumental para dar a tua aula na tua atividade de professor. E eu discordo veementemente da expressão “profissionais da educação”, “trabalhadores em educação”, porque o que a gente faz não tem preço. O conhecimento que a gente passa não pode ser remunerado. Hannah Arendt diz muito bem que um dos fracassos do Ocidente, Ver. Valter Nagelstein, é justamente mercantilizar a cultura e transformar a cultura, ensino em produto que esteja a serviço do capital. Nisso eu vou discordar veementemente: cultura não pode ser negócio, porque o que eu passo para um aluno em sala de aula não tem dinheiro no mundo que possa pagar. Eu sou remunerado, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Matheus Ayres, que também é professor em sociologia, eu sou remunerado pelo meu tempo – é isso que é remunerado, e não o meu conhecimento. O que eu passo não tem preço. Então aquela hora nos é dada para preparar as nossas aulas e também para poder realizá-las. Então, Sr. Secretário, eu encaminho em nome do PROS, do nosso partido, o apelo para que seja revogado e que se atenda o apelo dos nossos professores municipais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Secretário, eu quero lhe dizer uma máxima inicialmente, a Prefeitura é eleita pela maioria da Cidade. Este Parlamento corresponde à totalidade do pensamento político da Cidade, e eu acho que o senhor deve observar muito o que cada um desses Vereadores estão dizendo na tarde de hoje. Acho que restabelecer o diálogo é fundamental neste momento, é a única forma grandiosa, sem

truculência, discutida, dialogada, de se construir a educação. Eu venho de uma família de educadores: pai, professor universitário; mãe, professora do Estado. Eu lecionei, por um bom tempo, como professor universitário de medicina legal, e sei o quão difícil é esta tarefa de educar e de gerenciar. Acho que a sua sensibilidade está tocada neste momento, e essa reflexão interna é muito importante. Só vamos conseguir construir um caminho à medida que se restabelecer completamente o diálogo com os diretores, vice-diretores e com corpo colegial, que representa os pais e mestres.

Restaram algumas dúvidas para mim: primeira, sobre esta questão da alimentação, tanto de manhã quanto ao meio-dia, sem o acompanhamento dos professores: quem vai acompanhar esse processo? Sabemos que há conflitos nesses momentos, são momentos difíceis, às vezes, são comunidades de grande vulnerabilidade, como por exemplo a Restinga, quem é que vai acompanhar esse processo? Esse é o temor. Ou vamos ter que contratar mais pessoas para participarem das escolas? Nós vamos ter que contratar mais gente para acompanhar esse momento? A segunda questão que o senhor colocou aqui, que esses balizamentos serão discutidos, submetidos às direções para serem aprovados ou não. É isso? É isso que está colocado? Bom, se é isso, essa nossa reunião talvez seja um pouco intempestiva. É isso que, na minha modesta ótica, deveria ser feito. Acho que nós temos um papel importante aqui, somos oito Vereadores de um bloco independente, temos total independência nesse processo, porque viemos de uma corrente política que não venceu a eleição, que legitimamente foi vencida pelo Prefeito Marchezan, Então, nós temos total independência nesse processo para poder ajudar a construir. Não queremos aqui ser oposição raivosa, não acreditamos nisso, não acreditamos que isso construa. Acho que isso é bastante deletério. Nós acreditamos na aproximação e na construção conjunta, só dessa forma poderemos ter um período letivo, certamente, com muito ganho às nossas crianças.

Por outro lado, o senhor nos traz alguns dados que nos preocupam bastante, as crianças em comunidades de vulnerabilidade não podem ficar um turno inteiro fora da escola, o senhor tem razão nesse sentido. Nós temos que equacionar isso, acho que tem uma parcela de responsabilidade, sim, das escolas, mas também tem uma parcela de responsabilidade da Secretaria de Educação nesse processo. E acho que só o diálogo é que vai poder construir essas soluções que precisam ser tomadas. Discordo veementemente da Ver.^a Sofia, não acho que matemática e português sejam um implemento da ditadura militar, acho que são disciplinas necessárias. Acho que são necessárias para o conhecimento dos alunos. Discordo veementemente, não acredito na ideologização da educação, não acredito, mas acho muito prudente o diálogo neste momento, restabelecer pontes, é isso que precisa ser feito. Eu acredito na sua sensibilidade nesse sentido, para restabelecer uma ponte com os diretores, os vice-diretores e com a associação de pais e mestres, e só uma trégua vai fazer com que isso efetivamente ocorra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e todas. Eu quero começar com uma questão de ordem. Eu sei que temos um debate muito sério a ser feito com o Secretário, e, embora eu concorde com o Wambert sobre a necessidade de revogar decreto, nós exigimos respeito, Ver. Wambert. Chamar os professores de ignorantes, de manipuladores e de fantoches nesta tribuna é inadmissível. A ditadura ou a democracia do aplauso, em que só nos serve quando nos aplaudem, quando nos vão a gente xinga, a gente briga e desconsidera o adversário, é inadmissível. Então, fica esse registro. Gostaria que o senhor retirasse das notas taquigráficas.

Aproveito esses minutos para fazer três considerações, Secretário Adriano e equipe que o acompanha. Em primeiro lugar, eu quero dizer que o ouvi atentamente nos 30 minutos que o senhor falou. O senhor disse que estão trabalhando num projeto que está sendo desenvolvido na rede municipal. Secretário, isso não é verdade. Vocês protocolaram um decreto, mudaram a concepção e a lógica que hoje está instituída na rede municipal na caneta, com um decreto, de maneira autoritária e depois quiseram impor aos professores da rede no sentido de que se adequassem a essa lógica. Eu faço esta consideração porque é óbvio que os professores, educadores e comunidade escolar querem discutir educação, é evidente que a educação precisa melhorar, mas ela precisa melhorar incorporando as contribuições de quem tem tradição, de quem está na ponta da sala de aula fazendo processo de ensino/aprendizagem, e não fazendo um decreto, impondo à rede municipal uma mudança brutal. O senhor chegou há dois meses e o primeiro ato que o senhor fez foi um ataque brutal ao conjunto das condições de trabalho dos professores da rede usando que a ideia de proteger a comunidade escolar. Eu quero dizer que comunidade escolar está aqui apoiando os professores e não apoiando o projeto do Governo. Tem gente da Restinga, do Rubem Berta, de vários bairros da Cidade.

(Manifestação das galerias.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Então, ponto um: não use os estudantes. Eu sempre falo que não gosto da palavra aluno pela etimologia da palavra, a ideia de sem alma, porque, no processo do ensino/aprendizagem, é verdade, nós aprendemos muito com os estudantes. Eles estão lutando pela sua qualidade de educação.

O segundo ponto é que uma mentira contada muitas vezes se torna verdade. Inclusive foi repetida por Vereadores. Às 7h30min, as crianças entram para a sala de aula! Não tem refeitório. Não tem meia hora contabilizada, a não ser para os pequenos da Educação Infantil. E, se o senhor achar que os professores que acompanham os estudantes da Educação Infantil no refeitório, que ajudam no processo de limpeza dos dentes, que ajudam no processo de educação, não estão fazendo um processo de educação, o senhor está desconsiderando, mas o resto, às 7h30min, entra na aula.

Em segundo lugar, na proposta que vocês apresentam, diminuí o tempo dos professores com os estudantes. Passa de 250 minutos para 225 minutos. Mais: nas quintas-feiras, tem a reunião pedagógica – e é óbvio que todos da escola precisam estar na reunião pedagógica, porque a escola é como um coração, todos os átrios e ventrículos são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem. Quinhentas crianças de quatro a dezessete anos vão ficar fazendo o que na escola, concretamente, que eu não consigo entender, nesse processo de reforma?

O Sr. Roberto Robaina: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigado, Ver. Fernanda. Presidente, faz muito tempo que eu não vejo uma mobilização irromper de modo tão rápido e tão forte como a que estamos assistindo aqui. Só este fato demonstra que o seu plano tem que ser revogado se o senhor realmente quer entrar o ano melhorando a educação. Caso contrário, o senhor está provocando crise na educação municipal, e é isso que nós devemos evitar. Essa é a nossa obrigação, e essa é a sua obrigação. Conto com a sua inteligência para entender o recado dessas galerias lotadas. (Palmas.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito às pessoas nas galerias que se manifestem ao final, para que possamos escutar o pronunciamento da Ver.^a Fernanda.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Na verdade, as palavras de ordem dos municipais e municipais obviamente enriquecem o nosso pronunciamento, porque demonstram este clamor que a rede tem de resgatar o seu processo e a sua gestão democrática. Acho que o Ver. Roberto Robaina foi muito correto quando trouxe um elemento determinante. As aulas estão programadas para voltar dia 6 de março e tudo que nós queremos é o retorno das aulas de forma democrática, de forma harmoniosa e de forma a respeitar os direitos dos professores, dos educadores, dos estudantes e da comunidade escolar. Para isso, Secretário, o obstáculo é justamente o decreto que V. Exa. assinou. Eu estive acompanhando o piquete da SMED, que foi, de fato, uma mobilização extraordinária. O senhor se disse surpreso com a reação; na verdade, nós nos dizemos surpresos com a sua forma de decretar, a partir do Diário Oficial, uma mudança enorme na rede municipal. A rede tem gestão democrática, a rede passa por conferências, a rede passa por conselhos escolares, a rede tem uma tradição de, por um lado, democracia e, por outro lado, de luta. Nós temos a convicção de que – para que no dia 6 de março a gente possa estar com todas as escolas abertas e garantindo o processo de educação – é fundamental garantir o direito ao debate, o direito à democracia, o direito a uma escola que incorpore aquilo que os seus educadores estão fazendo. Talvez o senhor não saiba, mas a nossa rede é extremamente qualificada, 80% com doutorado, mestrado, há uma extrema qualificação. O senhor está brigando com aqueles que estão

na ponta atendendo às nossas crianças. Então, revogue já esse decreto e partamos para a democracia!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença no plenário do Sr. Fernando Carrion, ex-Deputado Federal e também ex-Prefeito de Passo Fundo. Seja muito bem-vindo. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Secretário Adriano Brito, professores, professoras, pais que aqui se encontram, alguns alunos, eu acho que nós temos que revogar (Palmas.) – não batam palmas antecipadamente –, nós temos que revogar esse índice, vergonhoso, do IDEB; vergonhoso! Eu estudei em escola pública a minha vida inteira, falei hoje com o pessoal do Simpa e da ATEMPA e queria argumentos para vir aqui defender o Governo do qual eu sou líder. E, quando vejo que a nossa Cidade está, em matemática, atrás de Palmas, Teresina, Boa Vista, Rio Branco, Porto Velho, João Pessoa, Manaus e mais uma série de capitais, acho que nós temos que revogar, temos que revogar um sistema que não está dando certo. Temos que revogar, Ver.^a Sofia, a senhora que foi dirigente da ATEMPA, que é funcionária deste Município, um sistema que está prejudicando nossas crianças, no qual, em português, nós estamos atrás de Teresina, Porto Velho, Belém, Manaus, Palmas, de novo, Cuiabá, São Luiz, Maceió, Natal, Boa Vista, Rio Branco, Macapá! Tem que revogar, gente. Revogar uma educação que não está dando certo para os nossos filhos. Eu estou falando para a senhora e para o senhor que estão aí na vila, que estão em casa, que estão trabalhando, que não podem estar aqui hoje. É o seu filho que está atrás! É o seu filho que, quando chegar no que eu entendo de mercado de trabalho, não vai ter chance, porque não aprendeu! E nós não estamos falando aqui de, quando revogar, tirar o inglês, tirar a educação física, tirar coisas que são conquistas para quem mora em uma vila! São conquistas para quem é filho de operário, quem é filho de trabalhador! Como eu falei para o pessoal do Simpa, o pai era cabista da CRT e a mãe era faxineira, e não tiveram oportunidade de aprender inglês. Jogar bola era sair do colégio e ir para o campinho! E se isso o Município der, vai ser mantido, agora eu quero aprender matemática e português, sim! Isso não é da ditadura, Ver.^a Sofia, isso é da vida! Porque, se eu for um funileiro, eu tenho que saber fazer cálculo; se eu for um pedreiro, hoje em dia, eu tenho que aprender a fazer cálculo; se eu for o vendedor de uma loja, eu tenho que aprender a falar bem, porque senão eu não tenho vaga no mercado de trabalho, e isso o mercado de trabalho exige. E nós não podemos estar lá embaixo, nós não podemos ser os últimos. O Secretário falou muito bem aqui: nos outros anos, esses planos foram discutidos, nas escolas, até maio, junho. Por que não podemos começar as discussões? Nós perguntamos ao Secretário se estava engessado, ele disse que não, disse que poderia ser discutido nas escolas, que poderia ser discutido com os grandes interessados, que são os pais, com os grandes interessados que são os

alunos, com as senhoras e com os senhores professores, que estão lá, no dia a dia, nas escolas. Agora, o principal é acabarmos com esses índices, por que, em matemática, estamos no nível 4. Ele vai de 200 a 224 pontos; se nós chegarmos em 275, ele já nos eleva ao nível 7. Em português, nós estamos em 198, e isso nos leva para o nível 3. Não sou eu quem está falando isso, é oficial, nível 3. Se nós fizermos um grande esforço, nós podemos chegar no nível 5, 6,7. Eu quero dizer para vocês que isso não somente vai ajudar a escola, os professores, os pais, mas vai ajudar muito, muito mesmo, essas crianças no futuro. Essas crianças vão precisar muito, apesar das senhoras e dos senhores não acharem, de matemática e português, vão precisar muito que as senhoras e os senhores ensinem, nas escolas, artes, inglês, educação física; vão precisar muito do carinho dos professores. Coisa que eu falei para o pessoal da ATEMPA e do Simpa: eu nunca me esqueci da Professora Diná, minha professora da primeira série, me pegando pela mão e me levando para a merenda escolar. Nunca me esqueci dos professores que chegavam na escola e davam lápis de cor para ensinar a pintar. Agora, esses índices não existiram. Nós não podemos permitir que Porto Alegre esteja atrás dessas cidades, que Porto Alegre regrida na questão da educação...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde colegas professores da rede municipal, familiares e alunos aqui presentes, Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, temos aqui alguns apontamentos que fui listando ao longo das falas, tanto do Secretário como dos Vereadores que me antecederam, e eu percebi alguns pequenos problemas, algumas pequenas contradições, inclusive, Secretário, com a sua licença, algumas contradições na sua fala. No momento em que o senhor vem à tribuna e fala que decisões devem passar por todos os atores do processo educativo, isso significa Conselhos Escolares em sua essência, e que as escolas têm autonomia para sua organização interna, o senhor está usando termos que estão consagrados na LDB, que é nossa lei máxima que rege a educação brasileira, mas, infelizmente, a partir das diretrizes que a SMED coloca inicialmente para o ano letivo de 2017, essa autonomia, essa gestão democrática nos é tolhida. Os projetos políticos-pedagógicos, os regimentos internos, muitos deles atualizados no final do ano passado, estão sendo completamente desconsiderados. E com relação à nossa carga horária municipal, existe diversidade, nem todas as escolas aplicam os mesmos princípios, existem escolas em que o turno da tarde começa às 13h10min, em outras às 13h15min, dependendo da necessidade da comunidade escolar, e isso é uma determinação construída com as comunidades, de acordo com suas próprias necessidades. E isso está sendo desrespeitado. (Palmas.) Outro ponto muito importante destacar é com relação ao que já foi dito, a Ver.^a

Fernanda ressaltou isso também, é com relação às refeições: os professores dos pequenos precisam acompanhá-los, a estrutura física dos nossos refeitórios não permite que todos os alunos de um turno vão ao mesmo tempo para esse local. É impossível que 500 alunos de um turno ocupem o refeitório simultaneamente. Isso é humanamente impossível. A física explica: dois corpos não ocupam o mesmo espaço no mesmo tempo. Então, dentro dessa lógica precisamos respeitar e fazer o rodízio, principalmente, com os pequenos que precisam dos seus professores e professoras de referência para conduzi-los. E também humanizá-los. Muitas dessas crianças não têm habilidade manual, motricidade, para mexer com talheres. (Palmas.) Isso é pedagógico, isso é construção pedagógica, sim. E, portanto, deve ser respeitado e visto, sim, como ensino e educação. Outra coisa é com relação à quinta-feira, nos dois últimos períodos. Eu engrosso as vozes dos Vereadores que me antecederam que não será produtor de deixarmos esses alunos soltos ao léu. O senhor vem à tribuna e coloca aqui que as escolas terão autonomia de reger este processo, como? Como? É impossível. (Palmas.) Deslocamos esses professores volantes para fazer esse serviço? O professor volante, como o senhor mesmo destacou, trabalha em todas as turmas, em várias turmas, ele precisa acompanhar a reunião pedagógica, ele precisa se inteirar no processo pedagógico que está sendo desenvolvido. (Palmas.)

Portanto, o professor volante não pode fazer esse acompanhamento, ele tem que dar atenção também à construção do projeto, ou dos projetos que todas as turmas estão desenvolvendo. Com relação a outros dados que podem contribuir, nós temos aqui uma rede insuficiente de Educação Infantil. Precisamos aumentar o número de vagas, porque na gestão anterior – e essa crítica é importante ser feita – por apontamento, inclusive, do TCE, Tribunal de Contas, nós tínhamos uma oferta insuficiente de vagas na rede da Educação Infantil. Por quê? O cálculo que era feito pela gestão anterior, era sobre a demandam, sobre a procura. E o que a lei determina é sobre a população. O percentual assistido e a oferta de vaga devem ser calculados sobre a população na faixa etária específica, e não sobre a procura. Então, essa gambiarra foi feita durante muitos tempo, e eu peço que os senhores se atentem a esse dado.

Outra coisa, nós estamos percebendo um desmonte da coordenação e do suporte pedagógico da educação especial do nosso Município. (Palmas.) Isso é inaceitável! A educação especial das nossas crianças especiais é um direito legal, elas precisam ter isso, eu nós precisamos de um trabalho qualificado e planejado para essa área com muita atenção. Ver. Janta, infelizmente, não podemos usar os dados frios a respeito dos índices. Secretário, existem outros fatores que contribuem para o baixo desempenho dos nossos alunos. (Palmas.)

Primeiramente, nós temos um alto índice de desnutrição fetal, a falta de ácido fólico na alimentação da gestante contribui para um baixo desenvolvimento cerebral das crianças, e, portanto, precisamos falar também de alimentação. As provas baseiam-se na memorização em detrimento da vivência das crianças, e nós temos um alto índice de evasão escolar. A evasão escolar é preocupante e deve ser combatida. Eu vou tentar falar num aparte...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, professores, estudantes aqui presentes; é quase um consenso aqui, pela fala dos Vereadores, que nós devemos, sim, fazer a defesa de que é preciso aprofundar o diálogo sobre as mudanças propostas pela SMED neste momento. Acho que o Governo Municipal, Ver. Janta que lidera aqui a Administração na Câmara, não pode a cada mudança que pretende fazer criar uma confusão. Nós precisamos ter uma certa prudência na relação com os servidores, na relação com a sociedade, na relação com os beneficiários dos serviços públicos que estão no arco de competência da Prefeitura. O senhor disse muito bem aqui, Secretário Adriano, que o cerne da sua proposta e da gestão que pretende desenvolver nestes quatro anos à frente da SMED é permitir que as crianças construam os seus futuros. Pois eu não acredito que o futuro de uma criança, para que aprenda melhor matemática ou português, se limite a uma prova de proficiência nessas áreas. (Palmas.) Acho que o mais adequado, por exemplo, para que se qualifique o ensino do português e da matemática, seja, por que não, chamar como tem sido a praxe dos últimos anos da Administração Municipal, professores que aguardam concursos públicos regulares nessas áreas.

Um segundo ponto que quero colocar: educação, realmente, não é assistência social. Aliás, a Prefeitura tem uma estrutura cara, pesada, que custa bastante para os cofres públicos e deveria atender muito melhor a assistência do que vem atendendo. Os CRAS, lá na ponta, com serviços terceirizados mal prestados, muitas vezes, estão fechados e acabam não tendo relação direta com as escolas, sejam elas de Ensino Fundamental ou de Educação Infantil.

Mas o Plano de Governo registrado na Justiça Eleitoral pelo Prefeito eleito Néelson Marchezan diz que entre as cinco prioridades ali colocadas, uma delas é a educação integral e o contraturno escolar. E instrui essa proposta dizendo que vai utilizar as estruturas disponíveis nas escolas para desenvolver parcerias com instituições ligadas ao serviço social, arte, cultura e esportes. Muitas dessas instituições têm relação com as comunidades escolares. Os conselhos escolares têm um relacionamento muito estreito e direto com essas instituições. Talvez a construção do futuro das crianças, sejam elas matriculadas na Educação Infantil sejam elas matriculadas no Ensino Fundamental esteja no relacionamento qualificado com os professores, pais, estudantes, mas abrindo a escola, porque as atividades não se limitam só a dar mais 15 minutos de permanência para o professor. É muito mais do que isso. O senhor é um acadêmico do assunto muito mais qualificado do que eu que sou Vereador e não sou educador. E eu tenho certeza que a abertura das escolas para que as comunidades lá desenvolvam atividades será muito bom. Talvez, o diálogo deva ser aprofundado, Ver. Matheus, que

é professor da Rede Municipal, justamente para que se aprofundam outros temas como esse.

Nós não podemos colocar a Câmara num brete em ficar discutindo só o que é o conteúdo desse decreto. Nós temos que permitir que a Câmara, a comunidade escolar, o Poder Executivo, discutam mudanças mais profundas na educação do Município, que não se limite a isso. Acabou que nós entramos na véspera do início do ano letivo discutindo se é bom ou ruim que o professor fique 15 minutos a mais, sendo que, na verdade, 7:30 o aluno chega e já tem que ir direto para a sala de aula.

Então, o encaminhamento que eu faço, de forma respeitosa, a V. Exa., Secretário Municipal de Educação, e quero rogar o apoio dos Vereadores da base do Governo – Ver. Moisés, que é vice-Líder, e Ver. Janta, que é o Líder – esse encaminhamento para que o decreto, preliminarmente apresentado, seja revogado, e também que essa discussão seja oportunizada num cenário mais amplo. Aqui existem muitos representantes dos docentes, dos pais e dos estudantes, mas nem todos estão aqui, porque o espaço físico não permite, e talvez muitos, que possuem outros canais de expressão, gostariam de estar aqui, momentos que o Poder Executivo e a SMED vá proporcionar, sem dúvida nenhuma, com o apoio da Câmara é que vai garantir a pluralidade dessa discussão e os aperfeiçoamentos necessários à educação do Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nobre Secretário, retirar o decreto é uma medida louvável. O nosso Prefeito, o fato de ter ganho as eleições, depois de quinze dias teve que voltar atrás. Ele adotou uma medida radical, dizendo que não pagaria os fornecedores – os contratos –, em 15 dias teve que voltar e dizer que pagaria os contratos, na educação infantil, por exemplo.

Então, voltar atrás, retirando o decreto, ou revogando o próprio decreto, nos dá a possibilidade de V. Sa. dialogar com essa enorme comunidade escolar, possibilitando, por exemplo – eu acredito que V. Sa. entrou em contradição, quando expôs a qualificação do tempo do aluno com o professor –, a mudança de tudo isso, da redução dos períodos de 50 minutos para 45, deixando os alunos sem os educadores uma hora e trinta minutos. V. Sa. quer reduzir o índice de reprovação e aumentar o tempo do aluno com o professor? Eu não entendi muito. Eu até acredito que V. Sa. quer reduzir esse número de reprovação, mas retirar o educador da proximidade com o aluno, eu acho que não é por aí. Não tem sentido! Eu tenho percebido que, na política, muitos gestores ao ganharem as eleições se sentem no direito de usar a caneta como querem. Não é assim na saúde, porque tem o Conselho Municipal de Saúde; não é assim na Educação; lá no DMLU, Carús e em todos os lugares é preciso consultar ou os conselhos ou as comunidades. Eu tenho certeza absoluta de que, neste momento, não há

como continuar Secretário, se V. Sa. não perceber a grande importância de retirar esse decreto. A retirada do decreto lhe dá a possibilidade, por exemplo, de dizer em sua fala final, que amanhã estará recebendo uma comissão com todos os representantes de sindicatos, associações, conselho escolar, para voltar a discutir o que V. Sa. está dizendo a cerca da redução do tempo e da falta de acompanhamento dos alunos. Então, eu queria dizer, nesta minha fala, que me somo aos demais Vereadores para poder dar a esta comunidade escolar o direito de poder discutir. A não democracia, radicaliza e afasta o agente político da sociedade. E nós, aqui na Câmara, queremos o contrário, queremos que os políticos se aproximem da comunidade, porque é num momento como este em que percebemos – a grande maioria, Maroni – que nós temos que estar ao lado da comunidade escolar, porque é a partir dela que deixamos os nossos filhos passarem o dia todo com os professores, que são os guardiões do futuro e também do dia a dia dos que lá passam. E é nesse sentido que eu queria dizer que V. Sa., Secretário, poderia vir seguidamente à Câmara para discutir, por exemplo, turno integral; para discutir, por exemplo, ampliação de vagas na educação infantil; para discutir, por exemplo, a evasão escolar. Se eu lhe falar que, na região leste de Porto Alegre, onde eu mais milito, temos mais de 40% de evasão escolar... Infelizmente, quem está conquistando esse jovem, esse adolescente, V. Sa. deve saber, é o tráfico. Portanto, eu prefiro estar com a comunidade escolar, entregar um filho para eles, para que eles nos deem a possibilidade de uma...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: ...Tenho certeza de que V.Sa. estará, em suas últimas palavras, dizendo que vai receber a comissão e fazer as mudanças junto com a comunidade escolar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Talvez poucos Vereadores conheçam a nossa rede escolar como eu conheço, pelo menos, fisicamente, presencialmente. Tive a oportunidade, ao longo desses três mandatos – já no quarto –, de conhecer muito a nossa rede escolar, de ter contato com muitos dos nossos educadores. Falo isso aqui sem nenhum tipo de oportunismo das galerias cheias, mas eu gosto, eu aprovo a nossa rede escolar, tenho grande apreço à qualidade, ao compromisso, ao envolvimento dos nossos educadores e diretores. Eu, quando tenho oportunidade de ir, vejo, constato esse compromisso que os nossos educadores têm com a rede escolar. Início dizendo que se tem alguma coisa que eu não

gosto – e quero falar antes das vaias – é dos nossos indicadores. Acho que tem que ser uma meta buscada por todos nós. Não há argumentos que irão me convencer que temos que estar atrás de outras Capitais, porque se temos algo aqui no Município de Porto Alegre para se orgulhar, da qual podemos encher a boca para falar, que podemos levantar a voz desta tribuna, é a qualidade da nossa rede escolar. Secretário, assumi a Secretaria de Obras no início do governo Fortunati, sou economista de formação e me orgulho de ter ganhado todos os prêmios do PGQP, de todos os anos. Fui procurar um dos nossos supervisores, um engenheiro do quadro, e cobre dele o que eu achava que estava errado na gestão anterior; enfim, é algo que o novo gestor quer que implemente na sua gestão. E nunca me esqueço da frase que aquele engenheiro antigo, da Secretaria de Obras, que, ao invés de se colocar numa posição de que as mudanças eram difíceis, disse: “Sempre dá para melhorar”. Agora, não vejo a possibilidade de avançarmos na qualidade da educação, de colocarmos o plano de governo do Prefeito Marchezan se não tivemos um amplo debate, transparente, convocando, contagiando essa grande massa de educadores qualificados, que são o grande capital que a nossa Cidade tem. Digo isso porque V. Sa. já demonstrou, nas poucas vezes em que tive a oportunidade de escutá-lo, que tem capacidade e formação suficientes para que possamos fazer deste grande número de educadores de altíssima qualidade, de uma carreira diferenciada, invejada por muitos educadores de outros Municípios e Estados, fazer dessa grande massa de educadores a grande diferença para que nós possamos dar um grande salto de qualidade. O nosso País, os nossos gestores, a classe política tem uma grande dívida com a educação brasileira.

Eu quero me colocar à disposição para qualquer mudança que vá ao encontro da melhoria do avanço da qualidade...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. MAURO ZACHER: ...desde que ela seja bem construída por aqueles que estão lá na ponta, por aqueles que estão, secretário, enfrentando as dificuldades, os desafios da sua comunidade, que é diferente de escola para escola, e só quem está na ponta conhece. Contem com a nossa bancada, nós queremos continuar discutindo para que possamos continuar avançando, melhorando, garantindo a essa geração, às nossas crianças, aos nossos filhos a melhor qualidade possível de educação. Muitas vezes damos um passo para trás...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, eu quero saudar todos os presentes nesta Casa. Em primeiro lugar, eu quero saudar – eu sou filho de dois professores, a maior parte dos colegas sabem disso – a Prof.^a Lígia Azeredo da Silva, o Prof. Martin Barbosa, que inclusive foi do CPERS na época do Prof. Paulo Egon, e também a minha tia Liége Terezinha, que foi colega de vocês e diretora na Escola Villa Lobos.

Eu faço parte da base do Governo, deixo claro aqui desde o início, e a gente tem que ter coragem no posicionamento. Eu costumo dizer que não sou da base do Governo; por ser PSDB sou Governo e não posso me furtar de estar aqui pontuando algumas observações que acho pertinentes. Em primeiro lugar, vou tomara a liberdade – para quem não sabe é o meu primeiro mandato – de procurar a organização dos professores também para fazer alguns questionamentos; acho importante que o legislador aqui também faça questionamento e não só ao Secretário, para que possa entender em toda a amplitude o trabalho e a modificação. Também, dentro disso, queria fazer um apelo – já o fiz ao Secretário –, como disse o Ver. Oliboni, temos um número grande de crianças que o ócio e o tráfico abraçam, adotam, para que vocês ajudem também o Governo para que essas crianças não fiquem esse período, entendendo o período que hoje são liberadas, porque eu confio mais nos senhores do que nas ruas.

Ouvir os pais também é muito importante, me dirijo, neste momento, aos telespectadores da TVCâmara. Deixo claro para os senhores que estou muito feliz aqui porque ouvi, nestes últimos dias, que não haveria diálogo. O Secretário Adriano sequer foi convocado para estar aqui, ele se colocou à disposição para vir à Câmara de Vereadores. Se isso não é uma demonstração de diálogo, eu vou ter que voltar para escola e aprender o que é! Secretário Adriano, eu ouvi atentamente todos aqui, gostaria de pedir educação para concluir minha linha de raciocínio. Colega da minha tia, professora Sofia, gostaria de deixar claro que meus pais não tiveram a oportunidade de ser professor da rede municipal ensino, que, graças a Deus, é mais bem remunerada que a estadual. Eu, sabedor do seu trabalho, professora, só queria fazer um esclarecimento: a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB são avaliações, diagnósticos, criados pelo MEC no Governo do PT em 2005. Eu, se não servem esses índices, eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: qual índice que serve? Desnutrição fetal, Prof. Alex, com certeza, sabemos da influência disso. Quero deixar claro que, aproveitando a fala do Ver. Cláudio Janta, Teresina e Palmas têm um índice de desnutrição fetal maior do que o nosso, e melhores índices escolares. Educação infantil, Ver. Aldacir Oliboni, nosso representante da Zona Leste, o Prefeito Marchezan recebeu – eu acho que houve uma confusão de comunicação –, sem saber o tamanho da dívida, em janeiro, os repasses para as creches municipais, que não tinham sido pagas; ele assumiu em janeiro, sem ter sido pago em dezembro. Houve um esforço deste Secretário, que aqui está, junto ao Secretário da Fazenda, para que rapidamente... Detalhe: o Prefeito Marchezan está 40 dias úteis na Prefeitura. Se vocês acham que a tarefa é fácil, aí é minha vez de dizer a vocês: vocês estão equivocados.

Eu peço e faço um apelo para que continuemos nesse entendimento que está acontecendo aqui nesta tarde, mas quero deixar muito claro que concordo com que foi

dito aqui no que tange a qualidade de ensino. Nós precisamos melhorar a qualidade de ensino. Há uma discussão profunda a ser feita? Há. Mas Secretário Adriano, a nossa bancada e vários pais, professores somos solidários porque do jeito que está não dá para ficar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Agradeço aos meus colegas, Ver. Adeli, Ver. Oliboni e Ver. Sgarbossa, que está num outro compromisso, poder usar o tempo de Liderança do PT para seguirmos neste debate. Secretário, Vereadores e Vereadoras, primeiro, quero dizer que nós estamos muito confortados em ver partidos de diferentes nuances políticas aqui afirmarem ser necessário o diálogo e ser necessária a construção coletiva com a rede municipal de ensino. Essa sensibilidade é de muitos que não são professores e educadores, Secretário, e que sabem que não dá para prescindir dos professores, das professoras, dos conselhos escolares, das caminhadas da rede para conseguir alcançar êxito numa gestão e principalmente dar conta de uma tarefa tão complexa quanto a educação e melhorar seus indicadores, que aqui está provocado. E eu quero aqui responder, muito brevemente, sobre quais os indicadores que, para nós, refletem a educação. E eu vou dar um exemplo, é verdade que já existia uma prova nacional. Inclusive a rede municipal se negava a fazer, foram ampliados nos meus governos. E eu afirmei aqui que um IDEB é um indicador, porque são duas provas, apenas duas áreas, nós sempre fizemos essa crítica! E mais, nós temos uma construção de anos de que não dá para avaliar um aluno num único momento, em uma única prova igual para todos e dizer que aquele é o padrão de qualidade. Porque isso corresponde a uma visão de educação antiquada, tradicional, que trabalha com meritocracia, que trabalha com tempos e ritmos iguais, com resultados iguais para todos, e isso serve a uma única sociedade. A qual sociedade? À sociedade onde a educação justifica a exclusão social, onde, por dentro da educação, nós acabamos comprovando que uns podem e outros não podem, uns são os que são preparados para dirigir, os outros para comandar, a maioria que foi excluída foi por seus defeitos e por suas dificuldades, porque a família é desestruturada, etc. Nós acreditamos em outra educação, o processo de inclusão de direito à educação, que está colocado na Legislação Brasileira, ele é um processo muito mais complexo, diferenciado para cada aluno. Então eu pergunto: o IDEB avalia que nossos alunos são campeões mundiais de robótica? Avalia? Eu não me arrisco a fazer robótica, porque seria incompetente. E os nossos alunos competem mundialmente! A robótica envolve matemática, informática, física, planejamento, e as nossas escolas fazem! Nós temos doutores, professores, oriundos das nossas escolas; temos artistas de alto nível, na Alemanha, fazendo doutorado, lá da Lomba do Pinheiro! Isso é emocionante! Se um pode isso, o outro pode, lembrava a Fátima, aprender a falar. Chega na escola e não consegue nem articular as ideias, mas, no final do trimestre, do

semestre, está falando, está se colocando! Aprendeu? Não aprendeu? É zero em matemática? É essa humanização com competência pedagógica, sim, porque, se tem alguém que se incomoda em mudar os índices são os nossos professores e professoras. Incomodam-se muito! Estão todos os dias reinventando a prática, estudando no domingo, estudando no sábado, fazendo especialização! A nossa rede inteira tem ensino superior, tem especialização, pós-graduação, praticamente todos; e se tem mestrado, doutorado, estão estudando. Por isso defendem, com unhas e dentes, que o tempo de planejamento e preparo de aulas tem que ser dentro da escola, tem que ser para todos os professores, e isso resulta em qualidade.

Nós não temos as respostas prontas. São muitas conferências de educação, são muitos seminários nacionais e internacionais, são muitas oficinas, muitas formações, muitos cadernos pedagógicos, muitos debates! Se há uma rede que nunca parou, que nunca estagnou, que nunca se conformou, é a rede municipal de ensino de Porto Alegre. É uma rede que se pergunta, é uma rede que estuda, que busca cada aluno e aluna. Então, Ver. Cláudio Janta, vem fazer com a gente! Vem fazer com a gente, Secretário! Vá às escolas, vem olhar as dificuldades, estabelecer metas, construir! Tenho certeza que nós mudamos a educação! Esse é o apelo! E, por favor, não vá contratar uma consultoria privada, que é o que está no convênio do BID, para fazer propostas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Ver. Valter; colegas, professores, professoras, Secretário Municipal de Educação. Quero dizer que, sem dúvida, esse é o tema mais importante da gestão do nosso Prefeito Marchezan. E eu, como brizolista que sou, em 1989, me filiei à juventude brizolista, comandada pelo João Carlos Guaranha, antigo grande líder, antigo representante do Conselho Político do Leonel Brizola, não podia, nesse tema tão importante, Secretário, me ausentar dessa discussão, e também, pelo meu passado no movimento estudantil, onde fui Presidente do Diretório Central de Estudantes da PUC, com muito orgulho, e também Presidente da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, onde convivi com a classe dos professores, a qual prezo muito. Também fui Diretor-Geral da primeira instituição de ensino à distância no Rio Grande do Sul. Quero dizer que não tenho dúvida de que, se nós seguíssemos a orientação do que, para mim, foi o maior líder da história do Brasil, Leonel de Moura Brizola, nós não estaríamos nesse caos que existe hoje aqui em Porto Alegre em relação à segurança pública. Isso era dito por Leonel Brizola na década de 1960, quando ele construiu mais de seis mil escolas em Porto Alegre, que a falta da continuidade, a falta da sequência dos próximos governos na atenção à escola iria fazer

com que nós tivéssemos que construir milhares, milhares de presídios. E é isso o que estamos vivendo hoje, fora a insegurança no dia a dia para as nossas famílias. Quero elogiar muito, muito mesmo este momento, quando a Câmara de Vereadores – a casa de vocês, professores, professoras – está recebendo o Secretário de Educação, tratando desse tema importante. Este é o local ideal para isso. Eu tenho certeza de que desse encontro, com as falas da oposição, as falas construtivas da oposição, as manifestações de vocês nas galerias, porque é uma pressão necessária e legítima que os professores fazem, e vocês representam aquele clamor da categoria... Está aqui o nosso Presidente da Câmara, o Secretário de Educação. Tenho certeza de que muitas coisas que vocês têm a contribuir vão ser inseridas nesse processo, tenho fé nisso, mas também gostaria de dizer que o Prefeito Marchezan e o Secretário de Educação não construíram um plano para destruir a educação no Município; eles construíram num plano que eles acreditam que é o melhor, mas este debate aqui, envolvendo o professorado, os Vereadores, o Governo, vai acrescentar as ideias boas de todos os lados. Não podemos de forma nenhuma deixar de lado o bem comum, que são as famílias, e nós precisamos cada vez mais deixar os nossos filhos com melhor acesso e demais qualidades da educação. Não podemos deixar o bem comum de lado e a educação de qualidade e entrar no debate ideológico. Jamais podemos fazer isso para o bem das nossas famílias de Porto Alegre, que precisam muito que nós alcancemos melhores índices. Precisamos, sim, claro que não são determinantes os índices, mas é um sinal de que tem que melhorar, de que tem que mexer na estrutura, mas essa melhora tem que ser através de uma construção. A presença do Secretário de Educação aqui está deixando claro que ele está, sim, aberto ao diálogo, assim como todos os Vereadores que estão aqui. E vamos acompanhar esse diálogo para que as coisas boas de todos os lados sejam inseridas.

O Sr. Rodrigo Maroni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido Luciano, eu pedi um aparte porque te admiro, por ter carinho por ti e por seres meu amigo. Eu, Secretário, gostaria de ser Líder do Governo neste momento. Se eu fosse o Janta neste momento, sabe o que eu levaria para o Marchezan? “Velho, não tem outra: revoga e fica um ano discutindo para construir”. Pouquíssimas vezes eu vi isto aqui lotado. Eu queria ser o Líder do Governo hoje para ligar para o Marchezan e dizer isso: “Olha, bixo, é só polêmica, e tu estás te queimando”.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Obrigado, Maroni. Então, pessoal, quero deixar aqui a mensagem que tenho certeza de que é a mais importante: o diálogo é a arma dos inteligentes. Tenho certeza de que o Prefeito Marchezan, quando construiu este projeto, pensou no melhor para os alunos de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Matheus Ayres está com a palavra.

O SR. MATHEUS AYRES: Sr. Presidente, Sr. Secretário, senhores funcionários da Casa, senhores professores e professoras, é com muita honra que venho aqui manifestar minha opinião, pois também sou professor, e decidi sê-lo aos 16 anos, quando um professor municipal, Prof. Adelson Jardim, conversando comigo me convenceu desse lindo futuro que tinha pela frente. Como professor até no ano passado – hoje estou Vereador –, eu trabalhava 28 períodos por semana por causa da minha disciplina. Tive a honra de educar os filhos da Ver.^a Sofia Cavedon na rede privada e venho aqui fazer eco às palavras do Ver. Wambert na questão do nosso tempo. No ano passado – e eu sei que vocês vivem a mesma coisa –, eu tirei quatro finais de semana para mim e a família, o resto todo, como os senhores e as senhoras, trabalhando. Eu recebi a notícia da perda do meu filho no trabalho também, e eu sei que vocês têm muitas histórias desse tipo, deixando as suas famílias para estarem na escola ou trabalhando pela escola em outros espaços. A minha fala vai se pautar, Secretário, por três palavras-chave: mérito, diálogo e elasticidade. Mérito, nós temos um corpo docente simplesmente excepcional em nossa Cidade. Muito eu aprendi nesses últimos dias em diálogo com o Ver. Alex Fraga. Bem sabes, caro colega, que as minhas opiniões transcendem partidos políticos e ideologias. Ver. Adeli Sell, um dos primeiros a falar desta tribuna hoje, peço perdão pela simplicidade e pela verdade em mim, mas me chega a dar um pouco de sentimentos ruins, quando vejo neste palanque ideologias serem mais fortes do que a vida real. A vida real dos senhores e das senhoras precisa ser respeitada, precisa ser escutada. O mérito da questão, o plano de educação e toda a série de investimentos que será feita eu não tiro, muito pelo contrário, eu louvo. Eu tenho certeza de que nenhum dos senhores e das senhoras neste plenário está satisfeito com a escola como ela está. Aliás, muitos de vocês fazem a escola estar como está hoje por causa do sangue de vocês, do tempo de vocês. (Palmas.) Portanto, meus queridos, eu tenho certeza de que por mérito nós estamos na mesma barca. Eu estou, pelo menos, na mesma barca. Secretário, acredito ser muito bem-vinda essa movimentação de pensar com carinho a nossa educação. E passo para a segunda palavra: diálogo. E peço ao senhor que dialogue, converse com os professores. E mais, tenho a certeza de que o senhor o fará. Por que digo isso? Porque, quando da reunião com os diretores, na semana passada, ao término da reunião, eu, pessoalmente, fui ao Secretário para conversar, abrir o diálogo e construir alguma coisa juntos, porque tenho certeza de que esses professores poderão ser encantados pela nova proposta que nós queremos implementar na Cidade, não jogando fora as conquistas passadas, mas avaliando aquilo que não deu certo. E vocês saberão dizer, tenho certeza absoluta disso, aquilo que não deu certo, para a gente fazer algo novo.

O Sr. Prof. Alex Fraga: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu gostaria de fazer uma pequena complementação da minha fala, destacando o que o Ver. Luciano Marcantônio trouxe à tribuna. E agradeço pelo espaço. A questão da

evasão escolar é um problema muito grave. Por dois momentos, nesta Casa Legislativa, tive a oportunidade de ouvir a fala do Juiz Sidinei Brzuska. Ele afirmou, categoricamente, que a maior parte dos apenados do nosso Presídio Central, o que não nos orgulha nenhum pouco, é evadido da escola até o quinto ano do ensino fundamental. E, a cada ano que o aluno se mantém na escola, nós temos uma redução de 10% na chance dele incidir na criminalidade. E os professores da rede municipal, antes de estarem enormemente preocupados com índices como o IDEB, eles têm a obrigação e vestem a camiseta de, muitas vezes, resgatar alunos que evadiram. Eu conheço vários colegas que vão buscar alunos evadidos nas suas casas, trazendo eles de volta para a escola. Obviamente, o desempenho não é nem sempre satisfatório. Eu trouxe, para presentear-los, o relatório da Frente Parlamentar Contra a Violência nas escolas, que é algo que nos preocupa bastante, e ao Ver. Matheus também. Muito obrigado.

O SR. MATHEUS AYRES: Elasticidade. E aqui eu tenho as minhas perguntas ao Sr. Secretário, são muito pontuais. A partir de agora, quanto tempo as escolas terão para ter esse diálogo em cima dos pareceres que a SMED está apresentando? Quanto tempo? Se haverá diálogo, então quanto tempo nós temos para conversar? Eu perguntaria do lanche, mas muitos de vocês já me ajudaram, mandando informações. Algo que me deixou um pouco perplexo, escutando alguns colegas, foi sobre o decreto. Muitos aqui disseram do decreto que foi apresentado pelo senhor, mas, perdão pela ignorância, numa busca rápida que fiz, não encontrei esse novo decreto. Então, para esclarecer, que novo decreto é este que entrou no lugar do revogado? É isso. Obrigado pela atenção. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores e Vereadoras, queridos professores. Presidente, venho aqui para falar do coração sobre a educação e esporte, que são minha bandeira. Trabalhei durante 16 anos na periferia junto aos colégios da Ponta Grossa, Sarandi, Ver.^a Sofia, e vi ali muita tristeza. Eu tive sofrimento para ser o que sou hoje, eu apaguei meus cadernos com miolo de pão porque não tinha dinheiro para borracha e não podia rasgar a folha do caderno. Eu vou lá em cima, Secretário, não é só no Rio Grande do Sul, mas o que o País – e eu sempre cobro isso – nos oferece para a educação? Os professores, para mim – e não quero aqui aplauso, não quero ir para a galera -, são heróis, são mágicos, porque não temos boas escolas, não temos bom pátio, não temos boa alimentação, e assim por diante. Isso tudo é uma obrigação do Governo, está na Constituinte: educação, saúde e segurança. Não temos segurança nas escolas, então o professor trabalha debaixo de uma pressão muito grande. (Palmas.) Então, Secretário, venho aqui com o maior carinho, não sou situação, não sou oposição, eu sou meu coração aqui. Pense bem e converse com essa Liderança,

porque eu aprendi uma coisa na vida, toda vez que eu errei, eu pedi desculpas. E sim, perdi muito! (Palmas.) Perdi mais do que ganhei, perdi muito na minha vida, mas os erros me ensinaram a ser vencedor. E hoje estou aqui representando uma Cidade que realizou todos os meus sonhos, porque eu não sei qual seria o meu caminho. O pouquinho que eu aprendi, o pouquinho que o esporte me deu, eu me tornei esse cidadão aqui, podendo falar com vocês. Então, eu aprendi na vida, vamos fazer bastantes escolas para não fazer mais presídios. (Palmas.) Por isso, Secretário, eu lhe peço: a voz do povo é a voz de Deus. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a Ver.^a Sofia Cavedon trouxe algumas notícias boas, nós temos alunos que se destacaram em robótica, nós temos alunos que se destacaram em algumas áreas, nós temos um aluno da escola pública aqui que Vereador em Porto Alegre. Olha, meus parabéns professores que me educaram, me fizeram Vereador desta Cidade, Presidente da Força Sindical, uma liderança sindical deste País. Eu podia estar como vários colegas meus hoje estão. Alguns habitando a Av. Rocio, nº 1.000; outros, a Av. Oscar Pereira, rua dos cemitérios. Eu sou um sobrevivente da vila onde nasci, o Morro da Cruz, onde me criei e da vila onde fui morar, a Rubem Berta. Aqui estou, um sobrevivente. Graças aos professores da escola pública que eu tive. Quero agradecer em nome dos que estão aqui, os professores que eu tive. Graças a minha família, que me apoiou e me ajudou; graças às bases fundamentais para uma pessoa viver e sair do crime, que são a educação, o esporte, a cultura e principalmente o emprego. Agora, também chamo atenção para o quadro das Capitais, que eu falei aqui, igualmente distantes das áreas mais desenvolvidas, que só mostram avanço agora, entre 2013 e 2015: Salvador, Vitória, Porto Velho e Belém. São casos interessantes, porque refletem políticas de desafios tomadas pelos atuais prefeitos. Observem que na outra ponta da tabela, ressalva-se a queda de desempenho no Rio de Janeiro e, no prazo mais longo, crônico e agudo, o resultado medíocre de Porto Alegre em língua portuguesa e matemática juntamente com Campo Grande e João Pessoa. Não sou eu que estou dizendo isso. Isso está na análise que foi feita pelo Governo, pelo MEC. Não é o Ver. Cláudio Janta, não é o Governo Marchezan que está falando isso, não é o Solidariedade, é o MEC que está falando isso. Então, acho que nós temos que nos desarmar, todos nós - Governo, oposição, professores, pais e alunos -, e acabar com isso aqui. Nós temos que salvar muito mais gente. Nós temos que salvar o pessoal que mora lá na Safira, pessoal que mora na Bom Jesus, pessoal que mora no Morro da Cruz, pessoal que mora na Vila Pinto, na Divineia, pessoal que mora no Costa e Silva, nós temos que salvar esse povo pobre de Porto Alegre com políticas. O Secretário falou isto, desde o início, que quer dialogar. Ele se ofereceu para vir aqui na Câmara. Ele se ofereceu, ele disse: “Eu vou lá

na Câmara na quarta-feira.”. E aqui está. Ele disse aqui que está disposto a ir dialogar em cada escola, e provou que está disposto a dialogar em cada escola. Eu tenho alguns questionamentos, Sr. Secretário. Quais são nossos índices de reprovação? Quantos países, cidades adotaram esse sistema de ciclo onde os alunos – e temos cursos profissionalizantes em várias entidades ligadas à Força Sindical – escrevem táxi com “ch”? É só um exemplo. O senhor não explicou a folga para os professores, que ali é na terça-feira, como é que fica? Um professor pode trabalhar 20 horas na rede pública, como o senhor demonstrou, e trabalhar em outra instituição? Em que patamar está o salário dos professores em nosso Município em relação a outros da Região Metropolitana e a outras capitais?

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Só um minuto, Ver. Janta. Eu gostaria de solicitar às galerias, que foram tão comprometidas com o nosso diálogo...

O SR. CLÁUDIO JANTA: É um diálogo franco. Quando eu vou fazer minhas negociações em todas as entidades sindicais nas quais eu atuo, começamos com diálogo franco: quantas horas trabalham, quanto recebem, o que fazem, o que não fazem? Diálogo franco! Vamos dialogar com a sociedade, um diálogo franco! Quanto ganha um professor em Cachoeirinha, em Gravataí, no Rio de Janeiro? Vamos iniciar um diálogo franco! Ou alguém tem algo a esconder? Acho que não! Vocês dão aulas no Município de Porto Alegre, vocês fazem a carga horária de vocês. E eu fiz questionamentos ao Secretário e espero que ele me responda, assim como vários questionamentos aqui foram feitos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 18h45min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 18h46min): Estão reabertos os trabalhos.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h46min.)

* * * * *